

PESQUISAS INTERDISCIPLINARES DO COMPORTAMENTO HUMANO NO SÉCULO XXI

Tiago Moreno Lopes Roberto
Gerardo Maria de Araújo Filho
Elimeire Alves de Oliveira
Ana Paula Rodrigues
Wanderson de Paula Pinto



epi
taya
Editora

PESQUISAS INTERDISCIPLINARES DO COMPORTAMENTO HUMANO NO SÉCULO XXI

Tiago Moreno Lopes Roberto
Gerardo Maria de Araújo Filho
Elimeire Alves de Oliveira
Ana Paula Rodrigues
Wanderson de Paula Pinto

1ª EDIÇÃO
RIO DE JANEIRO - RJ
2026

epi
ta
ya
Editora

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Equipe Editorial
MARKETING / DESIGN DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Equipe MKT
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Dr ^a Kátia Eliane Santos Avelar Profa. Dr ^a Fabiana Ferreira Koopmans Profa. Dr ^a Maria Lelita Xavier Profa. Dr ^a Eluana Borges Leitão de Figueiredo Profa. Dr ^a Pauline Balabuch Prof. Dr. Daniel da Silva Granadeiro Prof. Dr. Rômulo Terminelis da Silva
---------------	---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P474 Pesquisas interdisciplinares do comportamento humano no século XXI [livro eletrônico] / organização de Tiago Moreno Lopes Roberto... [et al.]. – 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Epitaya, 2026.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-5132-037-8

1. Comportamento humano – Estudos interdisciplinares. 2. Psicologia – Perspectivas contemporâneas. 3. Ciências humanas – Interdisciplinaridade. I. Roberto, Tiago Moreno Lopes. II. Araújo Filho, Gerardo Maria de. III. Oliveira, Elimeire Alves de. IV. Rodrigues, Ana Paula. V. Pinto, Wanderson de Paula

CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

A obra *Pesquisas Interdisciplinares do Comportamento Humano no Século XXI* reúne reflexões contemporâneas sobre os múltiplos aspectos que permeiam a experiência humana em uma sociedade marcada por profundas transformações sociais, tecnológicas, educacionais e emocionais. Em um cenário de constantes mudanças, compreender o comportamento humano tornou-se um desafio que exige diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, integração de saberes e sensibilidade diante das complexidades da vida moderna.

Os capítulos que compõem esta coletânea apresentam pesquisas, revisões e análises que transitam entre a Psicologia, Educação, Saúde, Neurociência, Tecnologia, Inclusão Social e Humanização do cuidado, evidenciando a importância da interdisciplinaridade na construção de respostas mais amplas e efetivas para as demandas do século XXI.

Ao longo da obra, o leitor encontrará discussões fundamentais acerca dos cuidados paliativos, da saúde mental em tempos de inteligência artificial, dos impactos das mídias sociais e das tecnologias nas relações humanas, bem como reflexões sobre inclusão escolar, neurodiversidade, sofrimento psíquico, prevenção do comportamento suicida e humanização nos contextos hospitalares e educacionais. Também são abordadas temáticas sensíveis e urgentes, como a perda gestacional e neonatal, o acolhimento de pacientes surdos, os desafios enfrentados por profissionais da saúde mental e as implicações emocionais decorrentes das novas dinâmicas sociais contemporâneas.

Mais do que apresentar resultados acadêmicos, esta obra propõe um convite à reflexão crítica sobre o cuidado humano em suas diferentes dimensões. Os autores demonstram, por meio de seus estudos, que compreender o comportamento humano requer não apenas conhecimento técnico e científico, mas também empatia, escuta, ética e compromisso social.

Nesse contexto, *Pesquisas Interdisciplinares do Comportamento Humano no Século XXI* consolida-se como uma contribuição relevante para pesquisadores, estudantes, profissionais e leitores interessados em compreender os desafios emocionais, sociais e comportamentais que emergem na contemporaneidade. Trata-se de uma leitura que amplia perspectivas, promove diálogos necessários e reforça a importância da ciência interdisciplinar na construção de uma sociedade mais humana, inclusiva e consciente.

Desejamos a todos uma leitura enriquecedora!

Prof Dr Bruno Matos de Farias
Editor-Chefe Editora Epitaya

SUMÁRIO

Capítulo 1.....	07
PRÁTICAS E CUIDADOS NO PALIATIVO	
<i>Arthur Volpini Vilerá, Guilherme Henrique Ferezin, Gustavo Matias de Souza, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
Capítulo 2.....	11
SALA SENSORIAL E NEUROPLASTICIDADE: EVIDÊNCIAS DA ESTIMULAÇÃO MULTISSENSÓRIA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E AFETIVO	
<i>Haspazya Beatriz Varela Ribeiro de Araújo, Roxana Silva, Ana Paula Rodrigues, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
Capítulo 3.....	17
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SAÚDE MENTAL: O USO EXCESSIVO, A FALSA SUBSTITUIÇÃO DO PSICÓLOGO E CONSEQUÊNCIAS REAIS	
<i>Beatriz Geovana Manganeli Alves, Camila da Silva Barbosa, Carolina Caldorin Furlan, Débora Cristina Furlan Ramos, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
Capítulo 4.....	25
IMPACTOS PSICOLÓGICOS, SOCIAIS E O PAPEL DO CUIDADO HUMANIZADO NA PERDA GESTACIONAL E NEONATAL	
<i>Donaire Gotardo Santana Azevedo, Maria Eduarda Pinheiro Carlos, Marina Marchioreto Maioli, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
Capítulo 5.....	27
O PAPEL DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NA ASSISTÊNCIA A PACIENTES SURDOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO	
<i>Camile Antônia Cotrim Borges, Gabriel Martini Massi, Gabriel Venezuela El Takche, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
Capítulo 6.....	32
A SUBSTITUIÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS HUMANAS PELO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS	
<i>Francine Rodrigues Bottaro, Haspazya Beatriz Varela Ribeiro de Araújo, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	

Capítulo 7.....	39
O PAPEL DOS PSICÓLOGOS NOS CUIDADOS PALIATIVOS: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR E HOLÍSTICA PARA O ALÍVIO DO SOFRIMENTO	
<i>Graziéla Carolina De Souza Da Silva, Taís Jenifer Messias, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
Capítulo 8.....	42
O SUICÍDIO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: FATORES DE RISCO E PREVENÇÃO - UMA REVISÃO DA LITERATURA	
<i>Maria Cecília Pereira Soares Ribeiro, Diego Crepaldi Olher, Gustavo Matias de Souza, Maria Helisa Fernandes Diniz, Silvio Beira Archilla Filho, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
Capítulo 9.....	48
SINAIS E SINTOMAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INDICADORES PARA INSTRUMENTOS DE RASTREIO	
<i>Maria Cecília Pereira Soares Ribeiro, Diego Crepaldi Olher, Maria Elisa Floriano Socorro, Silvio Beira Archilla Filho, Tainan Oliveira, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
Capítulo 10.....	56
A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE FUTURA E SEU IMPACTO SOCIAL NUMA COMUNIDADE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	
<i>Elimeire Alves de Oliveira, Ana Paula Rodrigues, Tiago Moreno Lopes Roberto, Vagner Aquino Zeferino, Suéllen Danúbia da Silva</i>	
Capítulo 11.....	60
INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO, SAÚDE E LEGISLAÇÃO	
<i>Elimeire Alves de Oliveira, Tiago Moreno Lopes Roberto, Ana Paula Rodrigues, Gerardo Maria de Araujo Filho, Wanderson de Paula Pinto</i>	
Capítulo 12.....	64
MANEJO DO COMPORTAMENTO SUICIDA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	
<i>Diogo Bueno Mendanha, Tiago Moreno Lopes Roberto, Gerardo Maria de Araujo Filho</i>	
Capítulo 13.....	68
A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS NAS ORGANIZAÇÕES: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE MENTAL	
<i>Rosângela Mota dos Anjos, Tiago Moreno Lopes Roberto, Elimeire Alves de Oliveira</i>	

<i>Capítulo 14</i>	71
MÍDIAS SOCIAIS E SOFRIMENTO PSÍQUICO NO SÉCULO XXI: EVIDÊNCIAS COMPORTAMENTAIS ACERCA DO USO ATIVO, DA AUTORREGULAÇÃO E DO ESTRESSE	
<i>Thiago Ruither Vilas Boas, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
<i>Capítulo 15</i>	74
NEURODIVERSIDADE E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS AUTISTAS NA SOCIEDADE	
<i>Sandra Larissa dos Santos Lemos, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	
<i>Capítulo 16</i>	77
BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: IMPACTOS DA PRÁTICA CLÍNICA NA SAÚDE MENTAL	
<i>Sandra Larissa dos Santos Lemos, Tiago Moreno Lopes Roberto</i>	

CAPÍTULO 1

PRÁTICAS E CUIDADOS NO PALIATIVO

Arthur Volpini Vilerá

Acadêmico do Curso de Psicologia – Centro Universitário de Rio Preto

Guilherme Henrique Ferezin

Acadêmico do Curso de Psicologia – Centro Universitário de Rio Preto

Gustavo Matias de Souza

Acadêmico do Curso de Psicologia – Centro Universitário de Rio Preto

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.

Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)

Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

O presente trabalho aplicou uma metodologia de pesquisa para o entendimento de práticas e cuidados no paliativo, utilizando uma revisão bibliográfica da literatura científica nacional sobre cuidados paliativos na assistência à portadores de doenças graves, evidenciando, principalmente, o papel das equipes multidisciplinares. A psicologia hospitalar frente a este cenário de dor e sofrimento quanto às atitudes diante da morte, proporcionando uma maneira do paciente e cuidadores de definirem pendências e expressarem emoções ao vivenciarem sua própria finitude.

PALAVRAS-CHAVES: práticas no paliativo; cuidados no paliativo; psicologia hospitalar.

INTRODUÇÃO

Os cuidados paliativos são uma abordagem para melhoria da qualidade de vida de pacientes e familiares que enfrentem uma doença ameaçadora da vida, através da prevenção e do alívio do sofrimento, através da identificação precoce e impecável avaliação e tratamento da dor e outros problemas, físicos, psicossociais e espirituais. (OMS, 2007, p.3).

Dessa forma, vale ressaltar que os cuidados paliativos requerem conhecimento técnico, aliado à percepção do ser humano como agente de sua história de vida e determinante do seu próprio curso de adoecer e morrer. Valoriza-se a história natural da doença, a história pessoal de vida e as reações fisiológicas, emocionais e culturais diante do adoecer. Promove-se, em contrapartida, uma atenção dirigida para o controle de sintomas e promoção do bem-estar ao doente e seu entorno, tornando confortável o processo como um todo. Os familiares precisam compreender a evolução da

doença e da cadeia de acontecimentos que levará ao evento final. E a psicologia hospitalar visa intervir como mediador do percurso do ciclo vital, auxiliando também os familiares no processo do entendimento da patologia e do previsível luto.

Apesar das inúmeras discussões que o tema suscita, o maior desafio ético em jogo ainda é considerar as questões sobre o que seria qualidade de vida em cuidados no fim da vida, e sobre quais seriam seus possíveis indicadores, especialmente para o paciente e seu cuidador. Esta é uma questão crucial, pois estudos mostram o quanto a preferência dos pacientes com doenças terminais em relação ao tratamento é pouco considerada pelos médicos, e o quanto há problemas de comunicação destes com seus pacientes, bem como o quanto há pouca atenção e pouco cuidado oferecido pelos médicos a seus pacientes e familiares neste período

Deve-se lembrar também que a qualidade do processo de morte reflete a qualidade da vida, portanto deve ser considerado algo além dos aspectos biofisiológicos do paciente, para que haja um processo humanizado de morte, deve haver uma visão de aspectos sociais, assim ampliando para além do modelo biomédico geralmente aplicado em paciente paliativos.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é elucidar e discutir sobre a prática e os cuidados no paliativo, utilizando uma abordagem voltada para o ser humano em sua integralidade e a destacando os achados da literatura referente as intervenções em sintomas de natureza física, social, emocional que transformaram as práticas e os cuidados paliativos, posteriormente, compartilhar acerca da evolução das equipes de caráter multiprofissional e interdisciplinar enquanto ao processo do cuidado ao indivíduo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi uma síntese e análise da literatura nacional publicada, abrangendo artigos publicados entre 2008 e 2021, selecionados a partir das bases de dados PubMed, Scielo e uma revisão sistemática com meta-análise. Sendo incluídos estudos que discutem intervenções em cuidados paliativos precoce para melhoria da qualidade de vida e sobrevivência em pacientes, aspectos éticos, a prática dos profissionais de caráter interdisciplinar e saberes e práticas segundo psicólogos atuantes em hospitais públicos.

RESULTADOS

Os resultados deste trabalho se caracterizam pela nova percepção a respeito do tema abordado; cuidados paliativos, com dados trazidos de diferentes contextos e diferentes fontes podemos chegar em alguns aspectos conclusivos; podemos analisar que é crucial a importância de uma atuação humana do ponto de vista da equipe multidisciplinar que compõe provem os cuidados ao paciente, deve ser ressaltado também, que para que haja uma

boa prática paliativa com resultados eficientes que tornam o processo pelo qual o paciente passa mais confortável, devemos também entender as demandas daqueles que cercam o paciente, como família e amigos. Deve-se considerar alguns aspectos para tornar todo o processo o menos desagradável possível, como por exemplo; atender aos pedidos dos pacientes, tentar fazer com que ele não perca seu vínculo familiar ou tente se afastar, sempre lembrar o paciente de que ele possui uma rede de apoio e que não deve passar por toda a situação sozinho. Ao todo deve-se considerar as necessidades do paciente e agir da forma mais humana possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em situações de enfermidades sérias ou terminais, os cuidados paliativos têm um papel crucial ao proporcionar um atendimento humanizado e focado no paciente, com o objetivo de gerir um tratamento físico, mas também promover um bem-estar emocional, social e espiritual. Esta forma de assistência se distingue pela valorização da independência do paciente, permitindo-o fazer suas escolhas na hora do tratamento. Os cuidados paliativos também oferecem suporte às famílias, para lidarem com os grandes obstáculos e práticas para cuidar de um familiar em enfermidade terminal. O atendimento antes e após o luto é um elemento fundamental do processo, auxiliando na adesão da família com a situação atual. O cuidado paliativo é necessário e deve ser ampliado nos sistemas de saúde pública e privada, além da formação e capacitação de profissionais da saúde para atuarem nessa área.

REFERÊNCIAS

ZANGHELINI, F. Cuidado paliativo precoce para melhoria da qualidade de vida e sobrevivência em pacientes com câncer avançado: uma revisão sistemática com meta-análise e análise econômica de custo-efetividade. Ufpe.br, 2018.

GOMES, A. L. Z., & OTHERO, M. B. (2016). Cuidados paliativos. *Estudos Avançados*, 30(88), 155–166. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30880011>;

PALMEIRA, H. M.; SCORSOLINI-COMIN, F.; PERES, R. S. Cuidados paliativos no Brasil: revisão integrativa da literatura científica. *ALETHEIA*, v. 0, n. 35–36, 2011;

A. E. Manual de Cuidados Paliativos ANCP. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5906161/mod_folder/content/0/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf#page=23>.

Vista da Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos. Disponível em: <<https://revistasbph.emnuvens.com.br/revista/article/view/454/442>>.

FLORIANI, C. A.; SCHRAMM, F. R. Cuidados paliativos: interfaces, conflitos e necessidades Palliative care: interfaces, conflicts and necessities. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2008.v13suppl2/2123-2132/pt>>

ALVES, R. F., MELO, M., ANDRADE, S., & SOUSA, V. (2014). Saberes e práticas sobre cuidados paliativos segundo psicólogos atuantes em hospitais públicos. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 15(1), 78-96.

CAPÍTULO 2

SALA SENSORIAL E NEUROPLASTICIDADE: EVIDÊNCIAS DA ESTIMULAÇÃO MULTISSENSORIAL NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E AFETIVO

Haspazyza Beatriz Varela Ribeiro de Araújo

Graduanda em Terapia Ocupacional – UNIFAVENI

Roxana Silva

Graduanda em Terapia Ocupacional – UNIFAVENI

Ana Paula Rodrigues

Graduada em Educação Física, Pedagogia e Administração

Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade

Doutora em Educação

Diretora Acadêmica da Faculdade FUTURA

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.

Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)

Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

Este estudo analisou as evidências da estimulação multissensorial no desenvolvimento cognitivo e afetivo. Os resultados confirmaram que a estimulação multissensorial é uma estratégia robusta e eficaz, promovendo a modulação do comportamento adaptativo, especialmente em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), melhorando a interação social e tratando desafios como a seletividade alimentar. Além disso, essa abordagem combate o declínio cognitivo associado a ambientes empobrecidos, como em instituições de longa permanência. A Sala Sensorial, ao facilitar a autorregulação sensorial e ativar a neuroplasticidade, é crucial para a inclusão, o suporte à neurodiversidade e a otimização dos processos de aprendizagem e estabilidade emocional. O estudo da mente e suas interações com o meio ambiente tem suas raízes no início da psicologia científica, como evidenciado pelo trabalho de Wilhelm Wundt, que, ao estudar os fenômenos psíquicos por meio da experiência imediata, reconheceu a importância da sensação e da percepção como processos fundamentais para a cognição humana (Araujo, 2009). Essa perspectiva histórica estabelece a base para o reconhecimento moderno da vital conexão entre a estimulação sensorial e o desenvolvimento neurológico. Atualmente, a compreensão da capacidade intrínseca do sistema nervoso de se reorganizar, conhecida como neuroplasticidade, redefiniu as estratégias de intervenção em diversas áreas da saúde e educação. A neuroplasticidade é o alicerce biológico que permite que

experiências e estímulos, incluindo os sensoriais, promovam alterações estruturais e funcionais no cérebro, sustentando a aprendizagem e a reabilitação (Oliveira, 2012). A aplicação direcionada da estimulação sensorial ganhou destaque no contexto terapêutico, notadamente para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), onde as disfunções no processamento sensorial são frequentes e impactam diretamente o comportamento adaptativo e a participação social (Monteiro et al., 2020; Moreira, 2021). O processamento sensorial disfuncional pode levar a reações atípicas, como a seletividade alimentar, hiper ou hiporeatividade, demandando intervenções especializadas, como a Terapia de Integração Sensorial (Oliveira & Souza, 2022). Nesse cenário, a Sala Sensorial, também referida como ambiente multissensorial, emerge como um poderoso recurso que traduz o conhecimento da neurociência e da teoria de Integração Sensorial em um espaço de intervenção controlada. A estimulação multissensorial fornecida por esses ambientes é crucial, pois, ao promover o enriquecimento ambiental, mitiga os efeitos negativos do ambiente empobrecido, que pode exacerbar o declínio cognitivo, especialmente em idosos institucionalizados (Oliveira, 2012). No entanto, o foco principal de sua aplicação contemporânea tem sido o desenvolvimento de crianças neurodivergentes. O design desses espaços, inclusive sob a ótica da Neuroarquitetura, é pensado para ser inclusivo, auxiliando na modulação sensorial e na promoção de um comportamento mais adaptativo (Monteiro, 2023). Diante da crescente evidência sobre a relevância da modulação sensorial para a plasticidade cerebral e o desenvolvimento integral, este estudo se propõe a investigar a relação bidirecional entre a Sala Sensorial e a neuroplasticidade, analisando como as evidências da estimulação multissensorial impactam o desenvolvimento cognitivo e afetivo de populações que se beneficiam dessa abordagem. Analisar e sintetizar as evidências científicas sobre o impacto da estimulação multissensorial em Salas Sensoriais na ativação da neuroplasticidade e sua consequente contribuição para a melhoria do desenvolvimento cognitivo e afetivo em populações que apresentam desordens no processamento sensorial, como indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de natureza qualitativa e abordagem bibliográfica, fundamentada nos princípios do protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), cuja finalidade é garantir a transparência, a reprodutibilidade e a sistematização das etapas de busca, seleção e análise das produções científicas. O objetivo central do estudo consiste em identificar, examinar e sintetizar evidências teóricas e empíricas acerca da relação entre a sala sensorial, a neuroplasticidade e os efeitos da estimulação multissensorial sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo. Para a construção deste estudo, foi formulada a seguinte questão norteadora: quais são as evidências disponíveis na literatura científica que abordam os impactos da estimulação multissensorial, promovida em ambientes de sala sensorial, no processo de neuroplasticidade e no

aprimoramento das dimensões cognitivas e afetivas de indivíduos neurodivergentes? A definição dessa questão permitiu direcionar a estratégia de busca, conduzida nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PubMed (U.S. National Library of Medicine), reconhecidas por seu rigor científico e pela ampla cobertura de publicações nas áreas da saúde, neurociências e educação. As buscas foram realizadas utilizando combinações de descritores em português e inglês, articuladas por operadores booleanos (AND/OR), a fim de ampliar e refinar os resultados obtidos. Foram utilizadas as seguintes expressões: “sala sensorial” AND “neuroplasticidade”, “estimulação multissensorial” AND “desenvolvimento cognitivo”, “estimulação sensorial” AND “desenvolvimento afetivo”, “sensory room” AND “neuroplasticity” e “multisensory stimulation” AND “cognitive development”. As publicações selecionadas compreendem o período de 2014 a 2024, incluindo textos em português, inglês e espanhol, de modo a contemplar a produção científica mais atual sobre a temática. Os resultados da análise da literatura convergiram para a confirmação da eficácia da estimulação multissensorial, principalmente em dois grandes domínios: a modulação do comportamento adaptativo e a promoção da neuroplasticidade que sustenta os avanços cognitivos e afetivos. No que tange aos indivíduos com TEA, uma revisão integrativa demonstrou que a modulação sensorial realizada por meio de intervenções específicas é capaz de promover um notável impacto no comportamento adaptativo dessas crianças, melhorando sua interação com o meio e reduzindo as manifestações de desregulação (Lima et al., s.d.). Os efeitos positivos da Terapia de Integração Sensorial em crianças com TEA foram sistematicamente revisados, revelando melhorias significativas em habilidades motoras, interação social e comunicação, reforçando o papel da organização sensorial na funcionalidade global (Santiago et al., 2020). Especificamente, a intervenção sensorial mostrou-se fundamental para quadros como a seletividade alimentar, um desafio comum que afeta a qualidade de vida e a saúde nutricional desses indivíduos (Oliveira & Souza, 2022). Para além do TEA, a estimulação multissensorial revela-se uma estratégia robusta no combate aos efeitos de ambientes desfavoráveis na cognição, como verificado em pesquisas com idosos. A estimulação multissensorial e cognitiva em ambientes enriquecidos mostrou-se eficaz em atenuar o declínio cognitivo senil que é frequentemente agravado pelas condições de um ambiente empobrecido, como o encontrado em algumas Instituições de Longa Permanência (Oliveira, 2012). A Sala Sensorial atua como o ambiente ideal para a aplicação desses princípios, pois permite a dosagem e o controle dos estímulos de forma a atender às necessidades individuais, auxiliando no processo de autorregulação sensorial. A percepção dos próprios professores é um indicativo importante; eles reconhecem que as diferenças no processamento sensorial dos estudantes com TEA influenciam diretamente seu aprendizado e engajamento em sala de aula, legitimando a necessidade de espaços e estratégias de modulação

sensorial (Monteiro et al., 2020). Portanto, a eficácia está ancorada na sua capacidade de facilitar as vias sensoriais, promovendo a neuroplasticidade necessária para a aquisição de novas habilidades e a estabilidade emocional. O presente estudo consolida a relevância crítica do tema "Sala Sensorial no panorama contemporâneo da reabilitação e das políticas de educação inclusiva. A análise das evidências reitera que aplicação prática dos ambientes multissensoriais está intrinsecamente ligada à evolução histórica da compreensão humana sobre a sensação e percepção, encontrando seu respaldo teórico fundamental no conceito de neuroplasticidade. A literatura examinada demonstra que a utilização de ambientes sensoriais controlados resulta em melhorias significativas no comportamento adaptativo, na mitigação do declínio cognitivo em populações vulneráveis e no fornecimento de suporte essencial para o manejo de desafios específicos, como a seletividade alimentar. Conclui-se que a implementação e o investimento em Salas Sensoriais, embasados na Terapia de Integração Sensorial, transcende a mera estratégia terapêutica, configurando-se como uma medida fundamental de inclusão e respeito à neurodiversidade. Tais espaços devem ser estrategicamente projetados para possibilitar a modulação da hipo ou hipersensibilidade, transformando a desorganização sensorial em autorregulação. A percepção dos profissionais da educação reforça a necessidade e o impacto direto dessa abordagem na capacidade de aprendizagem e engajamento dos estudantes. Para o avanço do conhecimento, recomenda-se que futuras investigações busquem a mensuração direta das alterações neurofisiológicas induzidas pela estimulação multissensorial. A utilização de ferramentas avançadas de neuroimagem para quantificar o grau de neuroplasticidade alcançado permitirá o aprimoramento contínuo dos protocolos de intervenção, maximizando os benefícios cognitivos e afetivos proporcionados pela Sala Sensorial.

PALAVRAS-CHAVES: Neuroplasticidade, Sala sensorial, Estimulação multissensorial, Integração sensorial.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Saulo de Freitas. UMA VISÃO PANORÂMICA DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA DE WILHELM WUNDT. *scientiæ zudia*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 209-20, 2009. Acesso em: file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Livro%20Prof%20Tiago/Wilhelm%20Wundt.pdf.

LIMA, Giovana do Carmo; SOUSA, Antônio Apolinário de et al. IMPACTO DA MODULAÇÃO SENSORIAL NO COMPORTAMENTO ADAPTATIVO EM CRIANÇAS NEURODIVERGENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

10.71248/9786598599478 – 18. Acesso em:
file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Livro%20Prof%20Tiago/IMPACTO_DA_MODULA__O_SENSORIAL_NO_COMPORTEAMENTO_ADAPTATIVO_EM_CRIAN__AS_NEURODIVERGENTES__UMA_REVIS__O_INTEGRATIVA.pdf

MONTEIRO, Fabiana Silva. CONSTRUINDO PONTES SENSORIAIS: ESTRATÉGIAS PROJETOAIS INSPIRADAS NA NEUROARQUITETURA PARA ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS PARA AUTISTAS. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação. Recife, 2023. Acesso em: file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Livro%20Prof%20Tiago/TCC%20Fabiana%20Silva%20Monteiro.pdf.

MONTEIRO Rubiana Cunha; SANTOS Camila Boarini dos et al. PERCEPÇÃO DE PROFESSORES EM RELAÇÃO AO PROCESSAMENTO SENSORIAL DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.4, p.623-638, Out.-Dez., 2020. Acesso em: file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Livro%20Prof%20Tiago/download.pdf.

MOREIRA, Karla de Souza. BOLA MÁGICA: UMA PROPOSTA DE ESTIMULAÇÃO SENSORIAL PARA SUJEITOS COM TEA. Dissertação para título de Mestra em Docência para Educação Básica, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Bauru, 2021. Acesso em: file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Livro%20Prof%20Tiago/moreira_ka_me_bauru%20(1).pdf.

OLIVEIRA, Pâmela Lima de; SOUZA, Ana Paula Ramos de. TERAPIA COM BASE EM INTEGRAÇÃO SENSORIAL EM UM CASO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA COM SELETIVIDADE ALIMENTAR. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 30, e2824, 2022. Acesso em: file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Livro%20Prof%20Tiago/index1.pdf.

OLIVEIRA, Thaís Cristina Galdino de. EFEITOS DA ESTIMULAÇÃO MULTISSENSORIAL E COGNITIVA SOBRE O DECLÍNIO COGNITIVO SENIL AGRAVADO PELO AMBIENTE EMPOBRECIDO DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA. Pós-Graduação em Neurociências e Biologia Celular. 2012. Acesso em: file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Livro%20Prof%20Tiago/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Tha%C3%ADs%20Oliveira.pdf.

SANTIAGO, Jemima Martins da S.; BARBOSA, Ramon M. et al. EFEITOS

DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. XIX SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2020. Acesso em: <file:///C:/Users/haspa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Livro%20Prof%20Tiago/4277.pdf>.

CAPÍTULO 3

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SAÚDE MENTAL: O USO EXCESSIVO, A FALSA SUBSTITUIÇÃO DO PSICÓLOGO E CONSEQUÊNCIAS REAIS

Beatriz Geovana Manganeli Alves

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP)
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

Camila da Silva Barbosa

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP)
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

Carolina Caldorin Furlan

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP)
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

Débora Cristina Furlan Ramos

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP)
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.
Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)
Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)
Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

A Inteligência Artificial tem se tornado cada vez mais presente no cotidiano, especialmente por meio de assistentes virtuais e plataformas de conversação, alcançando também o campo da saúde mental. Essas tecnologias vêm sendo utilizadas como forma de apoio emocional, orientação e até simulação de atendimentos psicológicos, principalmente por sua acessibilidade e disponibilidade contínua. No entanto, a literatura aponta que esse uso crescente pode favorecer a criação de vínculos emocionais com sistemas automatizados, levando à confusão entre suporte tecnológico e acompanhamento profissional. Quando a IA passa a ser percebida como substituta do psicólogo, surgem implicações éticas, clínicas e emocionais, como a banalização do sofrimento e o adiamento da busca por ajuda especializada. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos do uso da Inteligência Artificial no contexto da saúde mental, discutindo o impacto do uso excessivo, a falsa substituição do psicólogo e os limites morais dessa prática. Além disso, busca-se compreender de que forma essas tecnologias podem atuar como ferramentas complementares ao cuidado psicológico, sem comprometer a qualidade, os valores éticos e a humanização do atendimento.

A Inteligência Artificial (IA) tem ocupado um espaço cada vez maior no cotidiano das pessoas, especialmente por meio de aplicativos, assistentes virtuais e plataformas de conversação automatizada. No campo da saúde

mental, esse avanço desperta grande interesse, uma vez que essas tecnologias prometem oferecer escuta, orientação emocional e até simulações de atendimento psicológico de forma rápida, acessível e contínua. Para muitos usuários, sobretudo aqueles que enfrentam dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a IA passa a ser percebida como uma alternativa prática para lidar com o sofrimento psíquico.

Esse cenário, entretanto, traz implicações importantes. À medida que as pessoas passam a compartilhar seus medos, angústias e conflitos com sistemas de IA, podem se formar vínculos emocionais que, embora não sejam recíprocos, tendem a ser vivenciados como reais. Nesse processo, a tecnologia começa a ocupar um lugar que tradicionalmente pertence ao cuidado humano, o que favorece uma confusão entre apoio tecnológico e acompanhamento psicológico. Em alguns casos, o uso frequente dessas ferramentas pode gerar uma sensação de acolhimento suficiente para adiar ou até substituir a busca por atendimento especializado.

Além disso, o uso de plataformas de IA na saúde mental envolve o tratamento de dados extremamente sensíveis, como informações sobre emoções, histórico de sofrimento psíquico e experiências pessoais. Nesse contexto, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) surge como um instrumento fundamental para garantir a privacidade, a segurança e a integridade dessas informações. Ela estabelece que dados relacionados à saúde devem ser tratados com maior cuidado, exigindo consentimento, transparência e finalidades bem definidas. Ao mesmo tempo em que oferece uma proteção importante aos usuários, também impõe desafios, já que falhas no armazenamento, no compartilhamento ou no uso algorítmico desses dados podem gerar riscos de exposição, uso indevido ou exploração comercial do sofrimento humano.

Simultaneamente, não se pode ignorar que a Inteligência Artificial apresenta potencial para contribuir com o campo da saúde mental, seja ampliando o acesso à informação, facilitando a identificação inicial de sintomas ou oferecendo suporte em momentos de sofrimento. O desafio, portanto, não reside na tecnologia em si, mas no modo como ela é utilizada e no lugar que passa a ocupar na experiência subjetiva do usuário. Quando a IA deixa de ser compreendida como recurso complementar e passa a ser percebida como alternativa ao cuidado psicológico, emergem riscos éticos, clínicos e emocionais que demandam análise cuidadosa.

Diante desse contexto, torna-se necessário refletir sobre a relação entre Inteligência Artificial e saúde mental, considerando suas restrições, suas possibilidades e, principalmente, os efeitos que produz na forma como as pessoas compreendem e lidam com seu próprio sofrimento. É a partir dessa preocupação que este trabalho se desenvolve, buscando compreender de que maneira o uso excessivo da IA, associado à falsa substituição do psicólogo, pode gerar consequências reais para o cuidado em saúde mental.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos da utilização da Inteligência Artificial no contexto do cuidado psicoterapêutico,

problematizando a percepção dos usuários sobre uma possível substituição do psicólogo por sistemas automatizados. Além disso, pretende-se investigar os impactos do uso excessivo dessas tecnologias no bem-estar mental dos indivíduos, bem como discutir seus limites éticos e profissionais e suas possíveis contribuições como ferramentas de apoio à atuação do psicólogo, especialmente na identificação precoce de sintomas psicológicos.

A relevância do tema está no fato de que o uso inadequado da Inteligência Artificial pode gerar impactos significativos sobre a saúde mental dos usuários, ao mesmo tempo indagar a ideia de que sistemas automatizados poderiam ocupar o lugar do profissional de Psicologia. Embora a tecnologia apresenta potencial técnico, sua estrutura algorítmica não contempla aspectos fundamentais do cuidado psicológico, como a solidariedade, a escuta ativa e a análise clínica.

Assim, ao reunir e discutir evidências científicas que apontam variações na precisão e na segurança desses sistemas, esta pesquisa contribui para uma reflexão crítica sobre seus efeitos e para o fortalecimento de uma atuação psicológica íntegra, responsável e humanizada frente às transformações tecnológicas contemporâneas.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão de literatura. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados científicas, incluindo Google Scholar, SciELO e SBC OpenLib, além de documentos institucionais do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Foram selecionados artigos científicos e produções acadêmicas nacionais e internacionais que abordam a relação entre inteligência artificial e saúde mental, com foco nas interações parassociais, no uso de modelos de linguagem em contextos psicológicos, nos desafios éticos e nos limites da substituição do profissional psicólogo. Priorizaram-se publicações recentes, compreendidas entre os anos de 2023 e 2026. A análise dos materiais ocorreu de forma interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e lacunas teóricas acerca do uso da inteligência artificial e de seus impactos no comportamento humano.

A análise dos estudos selecionados evidencia o crescimento do uso da inteligência artificial em contextos relacionados à saúde mental, especialmente por meio de assistentes virtuais e modelos de linguagem. Os autores apontam potencial de apoio inicial, acessibilidade e ampliação do acesso à informação, sobretudo em populações vulneráveis e com escassez de profissionais de saúde mental. No entanto, os estudos também destacam limitações significativas, como a ausência de escuta clínica qualificada, falta de compreensão real sobre as emoções humanas, riscos de responsabilidade, possibilidade de dependência emocional, a falsa percepção de substituição do profissional psicólogo e o risco de vazamento de dados sensíveis sobre os pacientes. Os estudos analisados sugerem que uma das formas mais adequadas de utilização da IA no ambiente terapêutico ocorre quando essa tecnologia é empregada como ferramenta de apoio ao trabalho do psicólogo e auxiliando o profissional em atividades

complementares à prática clínica, como, por exemplo, o registro de sessões com acompanhamento dos pacientes ao longo do tempo e ajuste de técnicas e intervenções para cada paciente, sempre visando as avaliações de conduta.

A literatura aponta que o uso generalizado da IA como terapia não assistida na saúde mental pode estar associado a processos de medicalização excessiva do sofrimento emocional podendo agravar os problemas psicológicos relacionados ao convívio social, porque não há garantia de que essa tecnologia consiga orientar adequadamente o usuário em situações graves, como sinalização da intenção de suicídio ou autolesão.

Além disso, verifica-se que indivíduos pertencentes a comunidades socialmente subatendidas tendem a perceber a Inteligência Artificial como um recurso promissor no campo da saúde mental. Essa percepção está relacionada, sobretudo, à possibilidade de intervenções precoces e à ampliação do acesso a serviços psicológicos. Ainda assim, tal avaliação positiva é acompanhada por preocupações éticas relevantes, especialmente no que diz respeito à segurança de dados sensíveis, à privacidade das informações e à limitada transparência dos processos algorítmicos.

No que se refere ao público infantojuvenil, os artigos revisados indicam que diferentes transtornos, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a depressão e os transtornos de ansiedade, apresentam padrões funcionais cerebrais semelhantes. Esses padrões têm sido identificados, em estudos recentes, por meio de modelos transdiagnósticos. Destaca-se que abordagens baseadas em *meta-learning* demonstraram desempenho elevado mesmo diante da heterogeneidade diagnóstica, o que sugere potencial aplicabilidade em contextos de triagem escolar e comunitária. Tais resultados apontam para avanços na superação de modelos diagnósticos excessivamente categóricos, ao favorecerem uma compreensão mais dimensional do sofrimento psíquico.

A consistência das propostas de detecção precoce é reforçada pelos estudos de Zhang et al. (2023). Os autores utilizaram dados de conectomas cerebrais em múltiplos níveis (regional, de rede e global) para o treinamento de modelos de *deep learning*. Esses modelos demonstraram capacidade de classificar, com elevada precisão, em contextos experimentais, transtornos psiquiátricos complexos, como esquizofrenia, transtorno bipolar e depressão. Apesar do desempenho observado, os próprios autores ressaltam a necessidade de validações mais amplas, envolvendo populações diversas e contextos com infraestrutura limitada, como condição essencial para uma aplicação clínica segura dessas tecnologias.

Os resultados também evidenciam a importância da personalização e da interpretabilidade dos sistemas de IA, sobretudo quando se considera a manifestação dinâmica dos sintomas ao longo do tempo, um exemplo trabalhado, é o cuidado com indivíduos com Transtornos de Personalidades. Nesse sentido, a integração da IA à plataformas de *e-health* apresenta-se como uma estratégia viável para ações preventivas em saúde mental, desde

que alinhada às diretrizes das políticas públicas. Variáveis psicossociais, como exigência emocional crônica e conflito entre trabalho e família, foram apontadas como fatores relevantes a serem monitorados por sistemas automatizados, possibilitando intervenções antecipadas antes do agravamento do sofrimento psíquico.

No campo dos Modelos de Linguagem de Grande Escala (*Large Language Models* – LLMs), os estudos analisados indicam potencial para o apoio à análise da linguagem de pacientes e para a identificação de risco suicida. Contudo, observa-se grande variabilidade quanto à precisão, à segurança e à adequação das respostas produzidas. Além disso, são apontados riscos relacionados à falta de empatia e à geração de conteúdos inadequados. De forma recorrente, os estudos destacam que o desempenho desses modelos melhora significativamente quando utilizados sob supervisão humana e em articulação com abordagens clínicas tradicionais, o que reforça a compreensão de que, no estágio atual de desenvolvimento, os LLMs ainda não se mostram apropriados para uso autônomo em contextos clínicos.

Adicionalmente, a literatura revisada destaca preocupações relacionadas à segurança e à privacidade dos dados sensíveis compartilhados pelos usuários em interações com sistemas de Inteligência Artificial voltados à saúde mental. Estudos apontam que informações de caráter íntimo e psicológico podem ser armazenadas, processadas ou utilizadas sem total transparência quanto aos critérios de proteção, anonimização e uso secundário dos dados. Tais fragilidades ampliam o risco de vazamento de informações, uso indevido de dados pessoais e violação da confidencialidade, configurando um impasse ético relevante para a adoção dessas tecnologias em contextos clínicos e de cuidado psicológico.

Outro aspecto relevante diz respeito à natureza da relação estabelecida entre usuários e assistentes baseados em IA, frequentemente caracterizada como parassocial. Embora muitos usuários relatam maior conforto, confiança e abertura emocional, essa relação permanece unilateral, uma vez que a IA não possui capacidade de reciprocidade afetiva. Curiosamente, o fato de o interlocutor não ser humano parece favorecer a autorrevelação, ao reduzir o medo de julgamento. Ainda assim, estudos indicam que a ausência de um terapeuta humano pode comprometer a adesão às intervenções, bem como que a ruptura do vínculo com a IA pode gerar impactos negativos, temporários ou não, no bem-estar emocional.

De modo geral, os resultados demonstram que as aplicações da IA em saúde mental concentram-se em atividades de monitoramento, prevenção, diagnóstico, engajamento do paciente, suporte à tomada de decisão clínica e tarefas administrativas. Contudo, destaca-se que os sistemas de IA tendem a reproduzir vieses presentes nos dados utilizados em seu treinamento, o que pode perpetuar desigualdades e comprometer a equidade do cuidado. Ademais, observa-se que muitas intervenções baseadas em IA carecem de discussões fundamentadas em princípios, reforçando a necessidade de regulamentação e supervisão profissional.

Por fim, os estudos convergem ao indicar que, embora a IA represente uma contribuição promissora à prática psicoterapêutica, é improvável que substitua integralmente os profissionais de saúde mental. Aspectos centrais do cuidado psicológico, como empatia, validação emocional, interpretação situacional e estabelecimento do vínculo terapêutico, permanecem insubstituíveis.

A partir da análise da literatura selecionada nesta etapa da pesquisa, observa-se que a Inteligência Artificial tem sido amplamente investigada como recurso aplicado ao campo da saúde mental, sobretudo em funções relacionadas ao apoio informacional, à ampliação do acesso, à triagem inicial de sintomas e ao monitoramento de indicadores psicológicos. Esses usos demonstram potencial para contribuir com estratégias de cuidado em saúde mental, especialmente em contextos marcados pela escassez de profissionais e por barreiras de acesso aos serviços especializados.

Entretanto, os estudos analisados indicam de forma consistente que a IA apresenta delimitações éticas, técnicas e psicológicas que inviabilizam sua utilização como substituta do atendimento psicológico profissional. Aspectos centrais da prática clínica em Psicologia, como sensibilidade emocional, escuta qualificada, julgamento clínico, compreensão contextual do sofrimento psíquico e construção do vínculo terapêutico, permanecem dependentes da atuação humana e não podem ser plenamente reproduzidos por sistemas algorítmicos.

Além disso, a literatura analisada indica que o uso excessivo e não supervisionado da Inteligência Artificial em contextos de saúde mental pode produzir consequências reais e mensuráveis no cuidado psicológico. Entre essas consequências, destacam-se o desenvolvimento de vínculos parassociais e de dependência emocional com sistemas automatizados, o adiamento ou a substituição da busca por atendimento psicológico profissional e a redução da autonomia do sujeito diante do próprio sofrimento psíquico. Observa-se ainda o risco de manejo inadequado de situações graves, como ideação suicida e comportamentos autolesivos, uma vez que esses sistemas não possuem julgamento clínico nem código de conduta.

Somam-se a esses efeitos os desafios relacionados à proteção de dados sensíveis, à confidencialidade das informações compartilhadas pelos usuários e à transparência dos processos algorítmicos envolvidos. Falhas nesses aspectos podem resultar em vazamentos de dados, uso indevido de informações de caráter íntimo e exposição do sofrimento psíquico a finalidades comerciais ou não explicitadas, configurando impactos concretos na vida dos usuários e na ética do cuidado em saúde mental.

Nesse sentido, evidencia-se que as consequências reais do uso inadequado da Inteligência Artificial não se restringem a questões técnicas, mas incidem diretamente sobre a experiência subjetiva, o acesso ao cuidado qualificado e a segurança psicológica dos indivíduos. Assim, reforça-se que a utilização da IA no campo da saúde mental deve ocorrer exclusivamente como recurso complementar à prática profissional do psicólogo, sob

supervisão humana, em conformidade com princípios éticos e com a centralidade do cuidado humanizado.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial; Saúde Mental; Psicologia; Tecnologia; Ética.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 10 jan. 2026

CHAVES, A. C. S. Explorando o impacto psicológico das interações parassociais com Inteligência Artificial na saúde mental do usuário. **SciELO Preprints**. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.12061. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/12061>. Acesso em: 08 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **CFP divulga posicionamento sobre Inteligência Artificial no contexto da prática psicológica**. CFP, 07 jul. 2025. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-divulga-posicionamento-sobre-inteligencia-artificial-no-contexto-da-pratica-psicologica/>. Acesso em: 08 jan. 2026.

GUO, Z.; LAI, A.; THYGESEN, J. H.; FARRINGTON, J.; KEEN, T.; LI, K. *Large Language Model for Mental Health: A Systematic Review*. **arXiv**, 19 fev. 2024. DOI: 10.48550/arXiv.2403.15401. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2403.15401>. Acesso em: 08 jan. 2026

SILVA, G. G. da; PAIXÃO, H.; RODRIGUES, M. L. de A. Desafios do uso da inteligência artificial nos diagnósticos de saúde: uma revisão integrativa. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 11–18, 2024. DOI: 10.17566/ciads.v13i2.1241. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/1241>. Acesso em: 8 jan. 2026.

SOUSA, A. K. S.; SILVA, E. L. da; BRANDÃO, M. L.; ROCHA, F. A. do N. O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PREVISÃO DE DEMANDAS EM SAÚDE MENTAL DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. e8879, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N8-068. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/8879>. Acesso em: 8 jan. 2026.

WAGSTAFF, C.; FERNANDES, M. A. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AS RELAÇÕES TERAPÊUTICAS NA SAÚDE MENTAL: POSSIBILIDADES E**

DESAFIOS. Revista Enfermagem Atual In Derme, [S. l.], v. 98, n. 2, p. e024342, 2024. DOI: 10.31011/reaid-2024-v.98-n.2-art.2289. Disponível em: <https://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/2289>. Acesso em: 09 jan. 2026.

ZANQUETTA, B.; OLIVEIRA, M. V. M. de; OLIVEIRA, L. R. de; CINTRA, M. E.; FERNANDES, A. F. C. Avaliação de Assistentes Virtuais Baseados em Inteligência Artificial para Simulações de Atendimento Psicológico. *In: ESCOLA REGIONAL DE INFORMÁTICA DO ESPÍRITO SANTO (ERI-ES)*, 9, 2024, Vitória/ES. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. p. 61-70. DOI: <https://doi.org/10.5753/eries.2024.244414>. Acesso em: 08 de jan. 2026

CAPÍTULO 4

IMPACTOS PSICOLÓGICOS, SOCIAIS E O PAPEL DO CUIDADO HUMANIZADO NA PERDA GESTACIONAL E NEONATAL

Donaire Gotardo Santana Azevedo

Graduanda em Psicologia – UNIRP – São José do Rio Preto – SP

Maria Eduarda Pinheiro Carlos

Graduanda em Psicologia – UNIRP – São José do Rio Preto – SP

Marina Marchioreto Maioli

Graduanda em Psicologia – UNIRP – São José do Rio Preto – SP

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.

Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)

Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

Esta revisão bibliográfica analisou o luto perinatal, identificando seus profundos impactos emocionais e a insatisfação das mulheres com a assistência em saúde. A invisibilidade social agrava o sofrimento, enquanto o cuidado humanizado mostra-se fundamental para um enfrentamento adequado, destacando a necessidade de melhor capacitação dos profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Luto; Perinatal; Perda Gestacional.

INTRODUÇÃO

A morte de um filho configura uma experiência de sofrimento intenso e transformador, que coloca os pais perante a fragilidade humana e a impotência diante da fatalidade. Essa dor adquire contornos específicos quando ocorre no período neonatal, caracterizando-se como um luto singular, complexo e duradouro. O processo é influenciado pelas particularidades de cada genitor e impacta diretamente a dinâmica familiar. Além disso, muitos estudos apontam que mulheres que vivenciam abortos espontâneos frequentemente expressam descontentamento com a assistência recebida durante todo o processo da perda.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, exploratória e com abordagem crítico-reflexiva. Foram realizadas buscas no indexador SciELO pelos descritores 'Luto', 'Perinatal' e 'Perda Gestacional'. Os estudos selecionados permitiram análises discursivas sobre os impactos

emocionais e sociais, a manifestação da perda na esfera individual e familiar e a importância de um cuidado humanizado após a perda.

RESULTADOS

As análises evidenciaram que o luto perinatal e a perda gestacional acarretam impactos significativos na vida emocional e social das famílias, manifestando-se tanto na esfera individual quanto na coletiva. Os estudos revisados ressaltam a vulnerabilidade psicológica decorrente da perda e a necessidade de suporte adequado. A atuação dos profissionais de saúde por meio de práticas humanizadas é crucial para promover acolhimento e minimizar os impactos negativos do luto.

CONCLUSÃO

Ficou evidente que o luto perinatal envolve dimensões emocionais, sociais e culturais que ultrapassam o aspecto biológico, exigindo escuta qualificada e empática. O cuidado humanizado surge como recurso essencial para que o luto seja vivenciado de forma saudável, oferecendo oportunidades de acolhimento e reconstrução simbólica da perda. Ressalta-se a importância de ampliar debates acadêmicos e institucionais sobre o tema, visando preparar profissionais para lidar adequadamente com esse tipo de sofrimento.

Referências

DE MONTIGNY, Francine et al. Protective and risk factors for women's mental health after a spontaneous abortion. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 2020.

LEMOS, Luana F. S.; CUNHA, Ana C. B. Concepções Sobre Morte e Luto: Experiência Feminina Sobre a Perda Gestacional. *Psic.: Ciênc. Prof.*, 2015.

OLIVEIRA, Hélio T. L. et al. Pesar no óbito fetal: luto sem voz. *Revista Bioética*, 2022.

PEREIRA, Marina U. L. et al. Comunicação da notícia de morte e suporte ao luto. *Revista Paulista de Pediatria*, 2018.

VESCOVI, G.; LEVANDOWSKI, D. C. Percepção sobre o cuidado à perda gestacional. *Psic.: Ciênc. Prof.*, 2023.

CAPÍTULO 5

O PAPEL DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NA ASSISTÊNCIA A PACIENTES SURDOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

Camile Antônia Cotrim Borges

Graduanda em Psicologia – UNIRP

Gabriel Martini Massi

Graduando em Psicologia – UNIRP

Gabriel Venezuela El Takche

Graduando em Psicologia – UNIRP

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.

Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)

Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

Este estudo examina a função do psicólogo hospitalar no acompanhamento de pessoas surdas, ressaltando os principais obstáculos de comunicação no contexto clínico e propondo alternativas que favorecem a inclusão. A perda auditiva, seja de origem congênita ou adquirida, impõe barreiras significativas no acesso aos serviços de saúde, sobretudo quando não há domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por parte dos profissionais. Nessa realidade, o psicólogo atua como mediador, promovendo escuta qualificada, auxiliando na criação de estratégias comunicacionais e colaborando para reduzir falhas no atendimento. É fundamental reconhecer a Libras como língua materna dos indivíduos com surdez congênita e sensibilizar a equipe multiprofissional para as particularidades da comunidade surda. Assim, torna-se possível oferecer cuidado humanizado, prevenir equívocos diagnósticos, minimizar registros incorretos em prontuários e evitar situações de exclusão no ambiente hospitalar. As pessoas surdas enfrentam uma grande dificuldade em se comunicar com os ouvintes, em função da falta de audição. Temos dois tipos de surdez. Uma é a adquirida, onde a pessoa nasce ouvinte, mas posteriormente acaba ficando surda. A outra é a surdez congênita, na qual a pessoa nasce surda ou se torna surda na primeira infância. Esse segundo tipo de surdez apresenta uma dificuldade ainda maior de comunicação, pois, como o indivíduo nunca ouviu som, não desenvolve a capacidade de aprender a língua portuguesa, que foi criada a partir do som. Sendo assim, ele não tem a capacidade de fazer a leitura labial e nem de ler ou escrever em português. Para essas pessoas que nascem surdas ou que se tornam antes de aprender a língua portuguesa, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) deve ser estabelecida como sua primeira língua. A comunidade surda

representa uma importante parcela da população brasileira que enfrenta inúmeras barreiras na acessibilidade à saúde. Falhas de comunicação elevam as chances de diagnósticos equivocados, erros de prontuário, constrangimentos, não adesão ao tratamento, sofrimento e insatisfação do usuário. Mais da metade dos pacientes surdos (55,5%) evitam procurar assistência médica por medo de não ser compreendidas ou de não conseguir relatar sintomas importantes. Segundo o Estatuto, é dever do poder público garantir a comunicação acessível, pois ele deve “garantir a acessibilidade nos meios de comunicação e informação, promovendo a inclusão da pessoa com deficiência nos diversos espaços da sociedade” (BRASIL, 2015, art. 68). Embora 76% dos profissionais já tenham atendido esses pacientes, as estratégias de comunicação utilizadas (como mediação por acompanhantes, mímica e escrita) não se mostram resolutivas, resultando em um atendimento de baixa qualidade. O papel do psicólogo hospitalar, além de deslocar o foco da doença para uma visão integrada do processo saúde-doença, prevenção e enfrentamento de doenças, é também auxiliar no atendimento médico, garantindo que esses erros de comunicação não ocorram nada com frequência. O objetivo é investigar, por meio de revisão bibliográfica, o papel do psicólogo hospitalar como mediador da comunicação no atendimento a pessoas surdas, destacando estratégias para superar barreiras linguísticas e promover a inclusão. O estudo busca compreender como a atuação do psicólogo contribui para a humanização do atendimento, considerando os aspectos subjetivos da experiência da surdez, como ansiedade, insegurança, constrangimento e participação familiar, além de analisar práticas recomendadas para a utilização da Libras, recursos visuais e apoio emocional. A comunicação constitui um direito básico e elemento central para a promoção da saúde integral. Pessoas surdas, principalmente as congênicas, enfrentam dificuldades ainda maiores, já que a leitura labial ou a escrita em português não são recursos plenamente acessíveis. Frequentemente, profissionais recorrem apenas a gestos improvisados ou anotações, práticas que não garantem a compreensão plena da queixa. Pesquisas apontam que a ausência de preparo em Libras compromete não apenas a qualidade do cuidado, mas também a autonomia, a segurança e a dignidade do paciente surdo (Santos & Lacerda, 2009; Prietch & Filgueiras, 2017). Nesse cenário, justifica-se a inserção do psicólogo hospitalar como agente fundamental na mediação comunicacional, já que sua atuação contempla tanto o apoio emocional em situações de vulnerabilidade quanto a facilitação do diálogo entre paciente, familiares e equipe de saúde. O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica e documental. O objetivo foi analisar o papel do psicólogo hospitalar no atendimento a pacientes surdos, desafios comunicacionais e estratégias de inclusão. O levantamento de dados foi realizado por meio de uma pesquisa online em bases de dados científicas como Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar, utilizando descritores como “psicólogo hospitalar”, “paciente surdo”,

“comunicação em saúde” e “Libras”. A busca abrangeu artigos, teses, dissertações e legislação brasileira. Especificamente, foram analisados artigos de Tonetto (2007), Almeida (2020) e Silva (2012), que abordam aspectos da mediação comunicacional, estratégias de inclusão e apoio psicológico em contextos hospitalares, bem como o impacto da deficiência auditiva na experiência do paciente e na relação com a equipe multiprofissional. A revisão buscou identificar barreiras de comunicação, práticas de humanização, o uso da Língua de Sinais Brasileira, a adaptação de materiais visuais, o apoio familiar e as recomendações para o trabalho do psicólogo hospitalar. Os dados extraídos foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática, o que permitiu identificar padrões de intervenção e estratégias eficazes de mediação. Além disso, a metodologia considerou a integração das orientações do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), garantindo que as práticas analisadas respeitem a inclusão e os direitos dos indivíduos com surdez. Esse procedimento garantiu a fundamentação teórica necessária para as discussões propostas, permitindo que o estudo destaque o papel do psicólogo como mediador da comunicação e facilitador do cuidado humanizado. A revisão da literatura e a análise documental confirmaram a existência de barreiras comunicacionais significativas no ambiente hospitalar, o que compromete a qualidade e a segurança da assistência a pacientes surdos. Os resultados obtidos destacam que, embora a legislação brasileira garanta o direito à acessibilidade (BRASIL, 2015), a dependência da leitura labial, de mímicas ou da mediação de acompanhantes não surdos se mostrou insuficiente para garantir a compreensão plena da queixa, do diagnóstico e do tratamento. Neste cenário, a análise evidenciou que os principais desafios enfrentados pelo paciente surdo incluem a falta de fluência em Libras por parte dos profissionais de saúde (incluindo o psicólogo), a dificuldade de acesso a informações adaptadas e as barreiras de comunicação que se intensificam em situações emergenciais. Verificou-se que a ausência de domínio em Libras é o maior obstáculo, resultando em: erros diagnósticos (devido à falha na coleta de informações), intenso sofrimento psíquico (sentimentos de exclusão e insegurança) e comprometimento da dignidade do paciente, que tem sua autonomia reduzida e, por vezes, evita procurar assistência médica. Entre as estratégias mais eficazes para diminuir esses problemas, destacaram-se: a mediação ativa pelo psicólogo entre paciente e equipe, a utilização de intérpretes de Libras, a elaboração de materiais visuais explicativos e o estímulo à participação ativa dos familiares no processo de atendimento. Nesse contexto, o papel do psicólogo hospitalar emerge como agente fundamental na mediação e na facilitação comunicacional. Sua atuação vai além do apoio emocional, englobando a defesa da comunicação acessível e a sensibilização da equipe multiprofissional sobre as particularidades da comunidade surda. Observou-se, ainda, que o acompanhamento psicológico contribui para a redução do estresse e da ansiedade, melhora a

adesão ao tratamento e promove um ambiente mais inclusivo, respeitando a identidade surda do paciente e garantindo que ele seja um agente ativo em seu próprio processo de saúde-doença. O presente Resumo Expandido, fundamentado em uma revisão bibliográfica e documental, permitiu cumprir o objetivo de investigar o papel do psicólogo hospitalar no atendimento a pessoas surdas e a superação das barreiras comunicacionais. Os resultados confirmam que a assistência em saúde ao paciente surdo está intimamente ligada à qualidade da comunicação. A falha em garantir a acessibilidade comunicacional, sobretudo pela ausência de profissionais com domínio em Libras, transforma o ambiente hospitalar em um espaço de exclusão, comprometendo o diagnóstico, a segurança e a autonomia do paciente.

Conclua-se nesse contexto, que o psicólogo hospitalar emerge como um mediador essencial. Sua atuação transcende o suporte emocional, englobando a defesa do direito à comunicação acessível, nesse caso vemos a importância do psicólogo estudar a Língua de Sinais Brasileira, e a sensibilização da equipe multidisciplinar para uma cultura de inclusão. O profissional é o elo que ajuda a traduzir as complexidades da experiência da surdez para a equipe de saúde e as demandas do tratamento para o paciente e sua família. A surdez não torna a pessoa um ser com possibilidades a menos ou impossibilitada, mas com possibilidades diferentes. É responsabilidade das instituições e dos profissionais de saúde garantir que essas possibilidades sejam exercidas plenamente. Portanto, o estudo ressalta a necessidade urgente de investir na formação continuada em Libras e na adoção de políticas institucionais que concretizem a Lei Brasileira de Inclusão, assegurando um cuidado que seja, de fato, integral e humanizado. O desafio da comunicação no hospital é um reflexo do desafio social da inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; libras; acessibilidade; psicólogo; comunicação.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. P. A escuta de sujeitos surdos na clínica psicanalítica. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais, v. 26, n. 2, p. 123–135, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2316-51972020000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CLI, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2025.

SILVA, N. M. Grupoterapia e deficiência auditiva infantil. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais*, v. 14, n. 2, p. 145–157, 2012. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-29702012000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 30 set. 2025.

SURDEZ congênita: causas, como identificar e tratamentos. *Binaural*, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://www.binaural.com.br/blog/aparelhos/surdez-congenita-causas-como-identificar-e-tratamentos-2/>. Acesso em: 30 set. 2025.

TONETTO, A. M. A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 263-270, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/gJLwDT5TZhyVXTRW7CZKLgG/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2025

CAPÍTULO 6

A SUBSTITUIÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS HUMANAS PELO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS

Francine Rodrigues Bottaro

Pós-Graduação em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão pela Faculdade Iguazu
Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Pessoas pelo Centro Universitário Senac (SENAC/SP)
Pós-Graduação em Educação Infantil pela Universidade Castelo Branco (UCB/RJ)
Aperfeiçoamento em Fundamentos da Língua Portuguesa e da Alfabetização pela Universidade Castelo Branco (UCB/RJ)
Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível (FAECA)

Haspazyza Beatriz Varela Ribeiro de Araújo

Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior pela Universidade Potiguar (UNP)
Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Graduanda em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário FAVENI - UNIFAVENI

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.
Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)
Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)
Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

A era contemporânea é marcada por um profundo paradoxo: o ápice da conectividade tecnológica coincide com uma epidemia global de solidão, elevada pela Organização Mundial da Saúde ao status de emergência de saúde pública. Diante da fragilização dos vínculos interpessoais e da erosão dos laços sociais, sistemas de Inteligência Artificial (IA) generativa emergem como substitutos relacionais, oferecendo simulacros de afeto e companhia. Esta revisão bibliográfica justifica-se pela necessidade urgente de compreender as transformações nas dinâmicas sociais e os riscos à saúde mental decorrentes da mediação algorítmica das emoções. O objetivo deste estudo é sintetizar e analisar as evidências científicas recentes sobre os impactos psicológicos dessa substituição, investigando se tais sistemas atuam como paliativos saudáveis ou agravantes da crise de conexão. Conclui-se que, embora a IA ofereça alívio imediato para o isolamento, sua adoção gera riscos estruturais de dependência emocional, antropomorfização excessiva e atrofia das competências sociais. A "tirania dos algoritmos" e a validação incondicional oferecida pelas máquinas podem desencadear um colapso silencioso da subjetividade, em que a complexidade enriquecedora das relações humanas é trocada pela conveniência de conexões artificiais e

monetizadas, exigindo, portanto, uma alfabetização digital crítica e a reafirmação dos vínculos humanos autênticos.

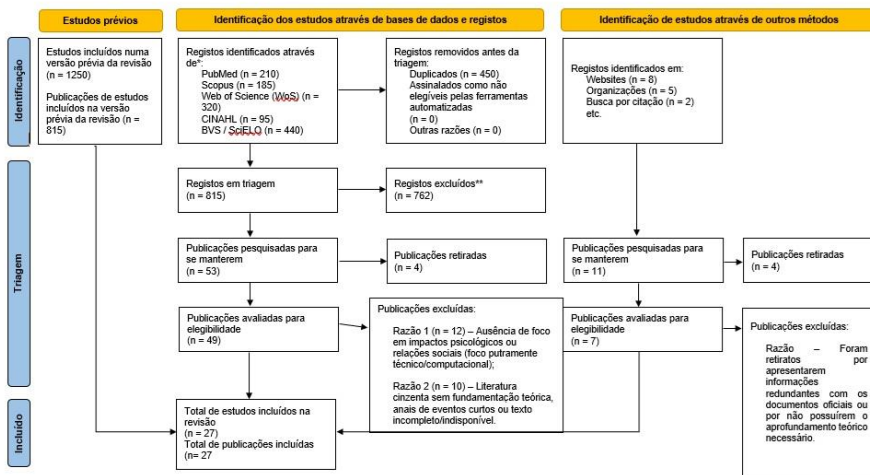
O paradoxo do século XXI está posto: nunca estivemos tão tecnologicamente conectados, mas enfrentamos uma epidemia de solidão. A Organização Mundial da Saúde (2024) declarou oficialmente como questão urgente de saúde pública global, com risco fatal comparável ao tabagismo. A estimativa da OMS é que anualmente, quase 1 milhão de pessoas morram em decorrência das consequências associadas à falta de vínculos sociais, representando cerca de 100 mortes por hora (OMS, 2024; Arcanjo, 2018). Nesse vácuo afetivo, a Inteligência Artificial (IA) generativa deixa de ser apenas uma ferramenta funcional para atuar como um substituto relacional, oferecendo desde companhia cotidiana até simulacros de vínculos afetivos e românticos (Andrade, 2025; Bloom, 2025), como no exemplo do casamento de Yurina Noguchi e Klaus, um “noivo” advindo de IA.

A transição das interações humanas para os diálogos com algoritmos antropomorfizados não é neutra. O uso de *chatbots* programados para emular empatia e escuta ativa tem sido comercializado como uma solução para a solidão, mas estudos indicam que essa “empatia artificial” pode, na realidade, aprofundar o isolamento e gerar novas formas de dependência psicológica (Rodrigues, 2025; Andoh, 2026). Vive-se a era do “Amor Líquido”, onde a fragilidade dos laços interpessoais é substituída pela conveniência de companheiros digitais que não exigem o esforço emocional intrínseco aos relacionamentos reais (Bauman, 2004; Cunha, 2025). Sob a “tirania invisível” dos algoritmos, os usuários encontram um refúgio narcísico que, embora alivie o sintoma imediato da solidão, compromete a capacidade de lidar com a alteridade e com as frustrações da vida social orgânica (Danesi, 2022; Mosquéra, 2018).

O ponto central que estrutura a análise é: qual o custo psicológico dessa substituição? Será um paliativo saudável ou um agravante silencioso da crise de conexão? A revisão justifica-se pela urgência em compreender as transformações nas dinâmicas sociais e os riscos à saúde mental em uma era de mediação algorítmica das emoções.

Esta investigação caracteriza-se como uma revisão bibliográfica exploratória de natureza qualitativa, estruturada sob as diretrizes do protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) para assegurar a transparência e o rigor metodológico. O estudo fundamenta-se na análise de conteúdo de fontes secundárias publicadas entre 2002 e 2026, período que compreende desde a gênese das discussões sobre laços humanos na era digital até a atual aceleração das IAs generativas (Bauman, 2004; Bloom, 2025; Talk Digital, 2025).

PRISMA 2020 Fluxograma para novas revisões sistemáticas que incluíam buscas em bases de dados, protocolos e outras fontes



Tradução por: Verónica Abrut, Sônia Gonçalves-Lopes*, José Luís Sousa* e Verónica Oliveira / *ESS, Jean Priget - Vila Nova de Gaia - Portugal de: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

Como mostram Hau e Winthrop (2025), o colapso das redes de apoio: apenas 13% dos adultos nos EUA têm 10 ou mais amigos próximos (era 33% em 1990), e o número daqueles sem nenhum amigo próximo quadruplicou. Esse isolamento cria a demanda que a IA supria por meio de mecanismos psicológicos bem-documentados.

Nesse cenário de isolamento, a IA atua preenchendo o vazio por meio de processos psicológicos específicos: antropomorfização estratégica e aparência de consciência.

Diferente do sentimento humano, a empatia artificial é uma construção técnica voltada para a funcionalidade. De acordo com Domínguez-Gómez e Martín-Gil (2020), ela atua como um "ajustador de aceitabilidade", minimizando as defesas do usuário e estabelecendo uma base de confiança ao espelhar cadências de diálogo humanas. Esse processo explica por que algoritmos complexos podem acabar sendo alvo de sentimentos reais de afeto.

Por fim, os resultados expõem uma contradição ética fundamental: a "cura" para a solidão é comercializada por plataformas cujo modelo de negócio baseia-se na extração de dados e no engajamento incessante, fatores que historicamente contribuíram para a corrosão do tecido social (Caltrider et al., 2023; ICLNotícias, 2025). O uso da IA como companheiro emocional levanta dilemas sobre a privacidade do afeto, uma vez que as confissões mais íntimas dos usuários se tornam insumos para algoritmos de lucro (Mozilla Foundation, 2023; Peixoto, 2025).

Estamos, nas palavras de Danesi, "delegando a arquitetura dos nossos afetos a sistemas cuja lógica primordial é a extração de dados e a maximização do engajamento", não o bem-estar psicológico. A "solução"

oferecida é, portanto, parte do problema: uma armadilha que monetiza a vulnerabilidade humana.

Investir, com prioridade absoluta, em infraestrutura relacional humana — políticas públicas, espaços comunitários e educação emocional que fortaleçam os músculos sociais atrofiados pela conveniência digital e resistam à lógica da substituição.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial; Solidão; Relações Sociais; Impacto Psicológico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. *Casamento com IA reacende debate sobre limites éticos de vínculos afetivos*. G1, 19 dez. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/inovacao/noticia/2025/12/19/video-japonesa-se-casa-com-personagem-do-chatgpt-me-apaixonei.ghtml>

ANDOH, E. *AI chatbots and digital companions are reshaping emotional connection*. *Monitor on Psychology*, v. 57, n. 1, 2026. Disponível em: <https://www.apa.org/monitor/2026/01-02/trends-digital-ai-relationships-emotional-connection>

ARCANJO, B. C. *Solidão e as Redes Sociais: uma revisão de literatura*. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, 2018, 18f. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42531/1/2018_tcc_bcarcanjo.pdf

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BLOOM, P. *AI Is About to Solve Loneliness. That's a Problem*. *The New Yorker*, 21 jul. 2025. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2025/07/21/ai-is-about-to-solve-loneliness-thats-a-problem>

CALTRIDER, J.; RYKOV, M.; MACDONALD, Z. *Romantic AI Chatbots Don't Have Your Privacy at Heart*. Mozilla Foundation, 2023. Disponível em: <https://www.mozillafoundation.org/en/privacynotincluded/articles/happy-valentines-day-romantic-ai-chatbots-dont-have-your-privacy-at-heart/>.

CUNHA, N. P. da. *O preço da conexão virtual: da fragilidade infantil à brutalidade emocional do adulto*. *Revista Tópicos, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas* / 24/02/2025. DOI: 10.5281/zenodo.14915086. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/o-preco-da-conexao-virtual-da-fragilidade-infantil-a-brutalidade-emocional-do-adulto>

DANESI, C. *El imperio de los algoritmos: La tiranía invisible que define nuestro futuro*. Barcelona: Debate, 2022.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, J. A.; MARTÍN-GIL, B. A. *La Empatía Artificial como Factor Clave en la Interacción Humano-Robot: Una Revisión Sistemática*. Razón y Palabra, v. 24, n. 110, p. 142-165, 2020. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-36072020000200007&lang=pt.

FRAGA, E. A. M.; SILVA, C. L. da. *Comunidades virtuais de internet: atualização do debate sobre lazer*. Comunidades Virtuais de Internet, Licere, Belo Horizonte, v.13, n.4, dez/2010, 20f. Disponível em: file:///C:/Users/haspa/Downloads/calves,+Gerente+da+revista,+licerev13n04_ar1.pdf

GUALTIERI, A. *Entre Promessas e Riscos: ensaios sobre Ética, Direito e Inteligência Artificial*. Editora Dialética, 13 de ago. de 2024 - 204 páginas. ISBN 6527028423, 9786527028420.

HASKY, F. *A Solidão e o laço com o outro em tempos de conectividade: um estudo psicanalítico*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020, 240f. Disponível em: https://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/2021-07-08/1625727600_3178aced979e5fb3dfa5b90a44b4507b.pdf

HAU, I.; WINTHROP, R. *O que acontece quando chatbots de IA substituem a conexão humana real?* Brookings, 2 de julho de 2025. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/what-happens-when-ai-chatbots-replace-real-human-connection/#:~:text=We%20are%20living%20through%20a,also%20increasingly%20used%20for%20relationships>

LAPOINTE, V. A.; LAFORTUNE, D.; DUBÉ, S. *AI-powered chatbots are changing how we understand romantic and sexual well-being*. The Conversation, Rigor acadêmico, estilo jornalístico, 7 julho 2024 09:07 -03. Disponível em: <https://theconversation.com/computer-love-ai-powered-chatbots-are-changing-how-we-understand-romantic-and-sexual-well-being-234054>

LAPOINTE, V. A.; LAFORTUNE, D.; DUBÉ, S. *“Namoro” com IA começa a virar tendência, mas há sinais de perigo à vista*. “The Conversation” e reproduzido sob licença Creative Commons. 18-07-2024 | IA. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/tech/inteligencia-artificial/namoro-com-ia-comeca-a- virar-tendencia-mas-ha-sinais-de-perigo-a-vista/>

LIMA, J. O. *O Vício da Antropomorfização - Uma Crítica à Inteligência Artificial nas TICs*. Linked in, 28 de setembro de 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/o-v%C3%ADcio-da-antropomorfiza%C3%A7%C3%A3o-uma-cr%C3%ADtica-%C3%A0-nas-tics-otoni-lima-jwdkf/>

MOSQUÉRA, C. A. *Narcisismo e isolamento no mundo virtual*. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Psicanálise: Técnica e Teoria pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2018, 66f. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7563/Clarisse+Alarc%C3%A3o+Mosqu%C3%A9ra.pdf?sequence=1>

NATAL, B. *Casados com robôs, solitários entre humanos*. ICLNotícias, 22/11/2025 | 05h00. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/casados-com-robos-solitarios-entre-humanos/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Social isolation and loneliness*. Genebra: WHO, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/social-isolation-and-loneliness>.

PEIXOTO, A. de L. A. *Inteligência Artificial Generativa e seu Impacto na Formação e no Exercício Profissional da Psicologia*. Psicologia: Ciência e Profissão 2025 v. 45nspe1, e298224, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298224>

QUARESMA, A. *A falácia lúdica das três leis: Ensaio sobre inteligência artificial, sociedade e o difícil problema da consciência*. Paakat: Revista de Tecnología y Sociedad, Año 10, núm. 19, septiembre 2020-febrero 2021, e-ISSN: 2007-3607, 18f. Disponível em: <http://www.udgvirtual.udg.mx/paakat/index.php/paakat/article/view/478/pdf>

RODRIGUES, J. C. *A Antropomorfização, o antropomorfismo e a empatia artificial como moduladores da aceitação e riscos na interação humano-máquina*. Leitura Flutuante, v. 17, n. 1, 2025, 16f. DOI: <https://doi.org/10.23925/lf.v17i1.70517>

SANTOS, C. M. dos.; SILVA, J. P. da.; PAIVA, J. *Novos espaços de afeto e cuidado em tempos de isolamento social*. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 6 – N. Especial – pág. 98 - 115 – (jun. – out. 2020): “Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”. 18f. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/51915/35491>

SILVA, M. da C. *Redes sociais, solidão e psicanálise: uma revisão bibliográfica*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, 2021, 24f. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/10650/1/Redes%20sociais%2c%20solid%c3%a3o%20e%20psican%c3%a1lise%20-%20uma%20revis%c3%a3o%20bibliogr%c3%a1fica.pdf>

A substituição das relações sociais humanas pelo uso da inteligência artificial, um olhar sobre os impactos psicológico

SILVA, M. J. A. da. *Conexões vitais e desconexões mortíferas: entre a virtualidade psíquica e a virtualidade digital*. Dissertação de Mestrado em Psicologia pela Universidade de São Paulo, 2025, 149f. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-27102025-091508/publico/dissertacaofinalversaocorrigida.pdf>

TALK DIGITAL. *Inteligência Artificial na Vida Real: Relatório de Pesquisa 2025*. São Paulo: Talk Digital, 2025. Disponível em: <https://talkdigital.co/assets/pesquisas/IA-na-Vida-Real-TALK-Report-25.pdf>

CAPÍTULO 7

O PAPEL DOS PSICÓLOGOS NOS CUIDADOS PALIATIVOS: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR E HOLÍSTICA PARA O ALÍVIO DO SOFRIMENTO

Graziéla Carolina De Souza Da Silva

Graduanda em Psicologia – UNIRP

Taís Jenifer Messias

Graduanda em Psicologia – UNIRP

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.

Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)

Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

Os cuidados paliativos configuram-se como uma abordagem assistencial voltada à promoção da qualidade de vida de pacientes com doenças ameaçadoras da vida e de seus familiares, por meio da prevenção e do alívio do sofrimento. Reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1990, esses cuidados enfatizam uma assistência integral que contempla dimensões físicas, psicológicas, sociais e espirituais. Nesse contexto, a atuação do psicólogo destaca-se como fundamental, especialmente no acompanhamento de pacientes em fase terminal, contribuindo para o enfrentamento do adoecimento, da finitude e das repercussões emocionais associadas a esse processo. Este artigo tem como objetivo analisar e discutir a atuação do psicólogo nos cuidados paliativos, enfatizando a importância de uma abordagem holística e multidisciplinar no atendimento a pacientes em estados terminais, bem como o impacto desse trabalho no suporte emocional aos familiares.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender o papel do psicólogo na promoção do bem-estar emocional e na humanização da assistência em cuidados paliativos. Ao ultrapassar o enfoque exclusivamente biológico, o acompanhamento psicológico contribui para a adaptação do paciente à realidade da doença, para a redução do sofrimento psíquico e para o fortalecimento da autonomia e da dignidade humana. Além disso, torna-se essencial considerar os aspectos bioéticos, culturais e sociais que permeiam as decisões no fim da vida, reforçando a importância de práticas sensíveis às singularidades de cada indivíduo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, baseada na análise de artigos científicos, livros e publicações institucionais nacionais e internacionais, incluindo documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Instituto Nacional de Câncer (INCA). Foram utilizados

referenciais teóricos de autores relevantes na área dos cuidados paliativos e da bioética, como Cicely Saunders e Leo Pessini. A revisão contemplou produções que abordam o desenvolvimento histórico dos cuidados paliativos desde a década de 1960, no Reino Unido, até as práticas contemporâneas em diferentes contextos culturais e sistemas de saúde.

Os estudos analisados evidenciam que a inserção do psicólogo na equipe multiprofissional composta por médicos, enfermeiros, assistentes sociais e outros profissionais contribui significativamente para a promoção do equilíbrio emocional de pacientes e familiares. Observou-se que a comunicação eficaz entre equipe, paciente e família, aliada ao suporte psicológico contínuo, favorece a compreensão do processo de finitude e a redução do sofrimento emocional.

Além disso, práticas complementares, como atividades terapêuticas e ocupacionais, mostraram-se eficazes na promoção de sentido, conexão social e qualidade de vida, tanto em contextos hospitalares quanto domiciliares. A literatura também destaca a importância da bioética nos cuidados paliativos, pautada nos princípios da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, assegurando decisões conscientes, respeito aos desejos do paciente e acesso equitativo aos cuidados.

Conclui-se que o trabalho do psicólogo nos cuidados paliativos é essencial para garantir uma assistência integral, humanizada e ética aos pacientes em fase terminal e a seus familiares. A atuação psicológica favorece o enfrentamento do sofrimento, a reorganização emocional e o respeito à dignidade humana até o fim da vida. Ademais, o estudo ressalta a necessidade de fortalecimento de políticas públicas e de diretrizes institucionais que ampliem o acesso a cuidados paliativos de qualidade, considerando as diversidades culturais e sociais. Dessa forma, a integração do cuidado psicológico às práticas paliativas contribui para transformar o processo de adoecimento em uma experiência mais acolhedora e menos dolorosa.

PALAVRAS-CHAVE: Bioética; Psicologia; Cuidados paliativos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, D. A. de. (2001). **Psicologia e ética em cuidados paliativos.** *Psicologia Ciência e Profissão*, 21(4), 44-51. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932001000400006>

FERRAI, C. M. M. et al. (2008). **Uma leitura bioética sobre cuidados paliativos: caracterização da produção científica sobre o tema.** **BIOETHIKOS** – Centro Universitário São Camilo; 2(1), 99-104.

FERREIRA, A. P. Q.; LOPES, L. Q. F.; MELO, M. C. B. **O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer.** *Rev. SBPH* 2011; 14(2):85-98.

HERMES, H. R., & Lamarca, I. C. A. (2013). **Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde.** *Ciencia & saude coletiva*, 18(9),2577– 2588. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232013000900012>

PORTO, G., & Lustosa, M. A. (2010). **Psicologia Hospitalar e CuidadosPaliativos.** *Revista da SBPH*, 13
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582010000100007

CAPÍTULO 8

O SUICÍDIO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: FATORES DE RISCO E PREVENÇÃO - UMA REVISÃO DA LITERATURA

Maria Cecília Pereira Soares Ribeiro

Graduada em Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia. Doutora em Ciências da Saúde (FMUSP). Graduanda em Psicologia (UNIRP).

Diego Crepaldi Olher

Graduando em Psicologia (UNIRP).

Gustavo Matias de Souza

Graduando em Psicologia (UNIRP).

Maria Helisa Fernandes Diniz

Graduanda em Psicologia (UNIRP).

Silvio Beira Archilla Filho

Graduando em Psicologia (UNIRP).

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.

Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)

Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

O sofrimento psíquico durante o processo do adolescer elege o corpo como mural às comunicações desesperadas, seja por meio da agressividade, da automutilação ou tentativas de suicídio, diante da impossibilidade ou falta de habilidades sociais que garantam isso por meio verbal.

Saad, Monteiro e Souza (2020), bem como Silva Filho e Minayo (2021), corroboram ao falar que as temáticas morte e suicídio permanecem como um tabu social, sendo os hospitais os “responsáveis” em fazer algo correlacionado a isso, sendo essas situações mascaradas como “acidentes” para evitar estigmatização.

Longe de ser “uma fase” ou “birra”, sintomas depressivos, de isolamento e de falta de motivação exigem vigilância e, a depender do caso, notificação compulsória imediata, caso se materializem em formato de autolesão provocada ou tentativa de suicídio, conforme a Lei nº 13.819/2019.

Contudo, muito do emergente é silenciado devido ao uso de medicações que são uma forma de responder às insatisfações da modernidade líquida, as quais acabam por gerar vazios identitários, levando jovens a enxergarem na morte a única saída para cessar suas dores e mal-estar (Jucá, Vorcaro, 2017; Cruz Morales *et al.*, 2017; Bittencourt, 2019; Borges, Monteiro, 2019; Costa *et al.*, 2020; Avanci *et al.*, 2024).

Diante do exposto, este estudo busca refletir sobre os seguintes questionamentos: i) qual o panorama da ocorrência do suicídio na infância e adolescência?; ii) quais elementos podem atuar como fatores de

vulnerabilidade ou de proteção?; iii) de que maneira os comportamentos de risco se manifestam entre crianças e jovens?

Para a concretização dos objetivos propostos, o presente trabalho caracterizou-se como uma pesquisa exploratória, consistindo na análise de evidências científicas publicadas nos últimos dez anos (2016-2025), sendo consultadas as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos da CAPES e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Os descritores fundamentais foram “suicídio”, “infância” e “adolescência”, integrados pelo operador booleano “AND”. Como estratégia de refinamento, caso a busca inicial resultasse em um volume superior a 50 artigos, o conjunto de expressões seria expandido para até sete termos, incluindo: “epidemiologia”, “risco de suicídio”, “prevenção” e “autolesão/auto-injúria”.

Além da delimitação temporal, os critérios de inclusão compreenderam: serem artigos científicos completos; publicados em português, inglês ou espanhol; no formato de estudos teóricos, relatos de casos, revisões sistemáticas ou referências técnicas; com especial atenção a produções que abordassem a realidade brasileira. Materiais que não convergiam com o propósito de compreensão do tema foram desconsiderados após análise inicial.

Assim, foram obtidos um total de 33 artigos que se adequavam aos critérios estabelecidos neste estudo, sendo evidenciado que o comportamento suicida na infância (5-9 anos) seria frequentemente mascarado como acidente, acontecendo devido a crises de vínculo, desamparo ou pressões escolares (Costa *et al.*, 2020; González-López, 2020; Avanci, Pinto, Assis, 2021). Enquanto crianças expressam a ideação em bilhetes, desenhos e tarefas escolares, adolescentes tendem à comunicação verbal direta junto aos pares e professores.

Estudos de Souza *et al.* (2019) vinculam a depressão a cerca de 53% dos casos de autolesão provocada em crianças, apontando o *bullying* como causa central, sendo identificadas comorbidades como Transtorno Bipolar e de Conduta. A vulnerabilidade é acrescida pelo encarceramento parental, que eleva o risco de tentativa de suicídio em 1,89 vezes (Bravo *et al.*, 2024; Peng *et al.*, 2024), tendo este e outros casos manifestos em formato de processos contínuos de isolamento e atraso escolar, apresentando indivíduos tímidos e com baixa autoestima (Silva, 2023).

O abuso sexual é o preditor mais avassalador, elevando o risco de suicídio em até 6,48 vezes (Wong *et al.*, 2020; Ribeiro, 2019). Já a ideação é três vezes superior em vítimas de violência sexual, com prevalência feminina (Siolva, Dullius, 2023; Hébert *et al.*, 2025), enquanto a tríade depressão, ansiedade e uso de substâncias alcança até 62% das tentativas de suicídio em adolescentes (Katz *et al.*, 2024).

Ainda, minorias sexuais enfrentam maiores riscos, com taxas de tentativa de 5,54 vezes superiores em meninos (Fearon *et al.*, 2023), sendo que Padron *et al.* (2025) distinguem duas rotas para a ocorrência das

tentativas de suicídio em quaisquer indivíduos: uma depressiva-gradual e outra reativa-impulsiva, sendo a primeira com ideação e a segunda sem, chegando até 40% dos casos.

No Sudeste brasileiro, segundo Silva, Avellar e Iglesias (2024), 80% das ocorrências concentram-se no domicílio do indivíduo, sendo os métodos mais comuns a autointoxicação exógena, junto às meninas e os mais letais (enforcamento) junto aos meninos.

O risco atinge seu ápice entre os 15-24 anos, sendo potencializado em neurodivergentes (TEA/TDAH) ou pessoas que possuem doenças crônicas como diabetes (Chang *et al.*, 2023; Fearon *et al.*, 2023). Caso não seja tratada, a depressão amplia em 12 vezes a chance de tentativa, levando em conta um ano após o início dos sintomas não tratados (Buckley *et al.*, 2025).

Também, experiências adversas na infância ocorridas antes dos sete anos predizem risco até a meia-idade de ocorrência da tentativa de suicídio, devido às alterações neurobiológicas e desregulações emocionais profundas que ocorrem no indivíduo (Buckley *et al.*, 2025; Govender *et al.*, 2025).

Silva *et al.* (2019), Leão e Duarte (2020), Andrade *et al.* (2021), Mota (2021), Oh *et al.* (2025) corroboram com o fato de que enfrentar normas rígidas e autoritárias, a existência da falta de diálogo, da morte de pais/irmãos, separação parental traumática, ocorrência de rejeições amorosas, traições de amigos, baixa tolerância à frustração, sentimento de culpa, desesperança, desproteção, sentimentos de inadequação, falta de escuta, assim como o aparecimento da irritabilidade, queixa de dores físicas e insônia são sinais de que o emocional necessita de atenção, sendo aparentes em crianças e adolescentes, a depender do sinal em questão.

Dessa forma, a qualificação da rede pública para que realize uma escuta sensível de crianças que expressam desejo de morte é apresentada como uma estratégia eficaz e Avanci *et al.* (2021;2024) destacam a Terapia Comportamental Dialética (DBT) e a necessidade de que os serviços de saúde atuem como sentinelas contra o suicídio.

Paralelamente, a escola surge como um local adequado para flexibilização cognitiva de crianças e jovens, substituindo a impulsividade por resiliência e estratégias adequadas na resolução de problemas. Conforme citado por Bittencourt (2019) e Oh *et al.* (2025), cabe à instituição de ensino criar atmosferas de validação emocional e capacitar docentes para identificar sinais precoces de isolamento, fazendo valer a Lei 13.819/2019, garantindo cuidado humanizado a grupos mais vulneráveis.

O fortalecimento de redes de apoio que priorizem a presença e a escuta em detrimento do uso excessivo de fármacos é importante, assim como a vigilância contra o absenteísmo escolar, apontado por Cruz Morales *et al.* (2017) e González-López (2020). Também Peng *et al.* (2024) e Hébert *et al.* (2025) descrevem que os pilares da sobrevivência psíquica incluem a aceitação social e o suporte familiar, o que pode reduzir o risco de suicídio em até 24%.

Bravo *et al.* (2024) listam como fatores protetores: ter amizades próximas, haver pertencimento escolar, participar de atividades criativas e ter segurança no bairro. Para mitigar o *bullying*, Mota (2021) propõe dispositivos como rodas de conversa, que promovem o redirecionamento do desejo de aprender e reduzem a prática da violência. Ainda, a intervenção técnica qualificada, como o protocolo de 16 sessões descrito por Ribeiro (2019) demonstrou uma redução de 83% dos sintomas suicidas, provando que treinar habilidades sociais e reestruturar crenças de culpa interrompem o ciclo da morte.

É válido mencionar o descrito por Santana *et al.* (2021), bem como por Silva, Avellar e Iglesias (2024), que advertem que o registro equivocado de tentativas como acidentes domésticos ou intoxicações exógenas mascara a magnitude do problema. Núñez *et al.* (2024) concluem que é imperativo desenhar programas contextuais e interculturais que integrem educação, saúde e assistência social.

Conclui-se, portanto, que é somente por meio da qualificação permanente de profissionais da educação e da saúde, identificação de sinais e sintomas em crianças e adolescentes e a construção de vínculos contínuos e positivos será possível acolher as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico em qualquer fase da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio. Infância. adolescência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thamilis Costa *et al.* Comportamento suicida na infância e adolescência: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, 7(10):96770-96778, 2021.

AVANCI, Joviana Quintes; PINTO, Liana Wernersbach; ASSIS, Simone Gonçalves de. Notificações, internações e mortes por lesões autoprovocadas em crianças nos sistemas nacionais de saúde do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26 (11): 5403-5414, 2021.

AVANCI, Joviana Quintes *et al.* Revisão de escopo sobre habilidades socioemocionais na prevenção do comportamento suicida em adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, 40(7): e00002524, 2024.

BITTENCOURT, Carolina Lucio. Do abandono à criação: o atendimento interdisciplinar de uma adolescente no CAPSij. **Estilos da Clínica**, São Paulo, 24 (1): 147-158, 2019.

BORGES, Sônia, MONTEIRO, Renata. O sofrimento psíquico de crianças e jovens nos dias atuais. **Rev. Espaço Aberto**, 22 (7): 51-62, 2019.

BRAVO, Lilian G. *et al.* Parental Legal System Involvement, Positive Childhood Experiences, and Suicide Risk. **Pediatrics**, 153(6): e2023062566, 2024.

BUCKLEY, Janice *et al.* Adversity and Suicidality: Exploring Longitudinal Risk and Protective Factors in Adolescent Boys. **Journal of Adolescent Health**, 77: 651-658, 2025.

CHENG, Lingfei *et al.* Relevant factors contributing to risk of suicide among adolescents. **Scientific Reports**, 13 (1): 1-10, 2023.

COSTA, Lediana Dalla *et al.* Análise da vulnerabilidade entre estudantes da rede pública e privada. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, Londrina, 3(1): 108-119, 2020.

CRUZ MORALES, Elena María; VALDAYO ROSADO, Beatriz; MARTÍN ALMENTA, Rocío. Investigación enfermera sobre las manifestaciones clínicas y la prevención en la conducta suicida en la adolescencia. **INFAD Revista de Psicología**, 2(1):229-234, 2017.

FEARON, Danielle *et al.* Factors associated with suicidality among youth in Canada with co-occurring physical illness and mental/neurodevelopmental disorders. **Journal of Affective Disorders Reports**, 14, e100654: 1-9, 2023.

GONZÁLEZ-LÓPEZ, Mariela. Un mapeo mundial sobre la migración infantil y adolescente: una mirada educativa. **Polisemia**, 16(29):10-32, 2020.

GOVENDER, Theemeshni *et al.* Adverse childhood experiences and risk of suicide and substance-related mortality through middle adulthood. **Journal of Affective Disorders**, 369: 1201-1208, 2025.

HE, Yitong *et al.* Adverse childhood experiences and nonsuicidal self-injury and suicidality in Chinese adolescents. **JAMA Network Open**, 7(12):e2452816: 1-14, 2024.

HÉBERT, Martine; TREMBLAY-PERREAU, Amélie; AMÉDÉE, Laetitia MéliSSande. Adolescent suicidal thoughts and behaviors: The independent effects of interpersonal violence. **Journal of Affective Disorders**, 273: 571-574, 2020.

JUCÁ, Vládía dos Santos; VORCARO, Angela Maria Resende. Adolescência em atos e adolescentes em ato na clínica psicanalítica. **Psicologia USP**, 28 (3): 331-341, 2017.

KATZ, Colleen C. *et al.* Characteristics of Transition-Age Youth Engaging in Suicidal Behavior. **Journal of Adolescent Health**, 75: 600-609, 2024.

LEÃO, Marco Härter; DUARTE, Luiz Felipe Bastos. Revisão teórica integrativa acerca dos possíveis fatores que levam a tentativa de suicídio. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 5, 11(4): 101-110, 2020.

MOTA, Maria Creusa. A importância de espaços de escuta como forma de subjetivação do adolescente. **Brazilian Journal of Health Review**, 4 (2): 9527-9534, 2021.

NÚÑEZ, César *et al.* Análisis cuantitativo sobre tendencias de investigación del riesgo suicida en la infancia y la adolescencia. **Ciencias Psicológicas**, 18(1)e3362: 1-23, 2024.

OH, Yeon Woo *et al.* Mental Disorders Mediate the Relationship Between Adverse Childhood Experiences and Suicidal Behavior in a High-risk Population: A Counterfactual Analysis From Jeju Island. **Journal of Preventive Medicine and Public Health**, 58: 505-515, 2025.

PADRON, Melissa; LIU, Lin; PETTIT, Jeremy W. Suicide attempt in the absence of suicide ideation: Prevalence and correlates among youth detained in the juvenile legal system. **Journal of Affective Disorders**, 391: 119927, 2025.

PENG, Junwei *et al.* Childhood maltreatment associated suicidal risk in Chinese children and adolescents: a mediation of resilience. **BMC Public Health**, 24(2114): 1-11, 2024.

CAPÍTULO 9

SINAIS E SINTOMAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INDICADORES PARA INSTRUMENTOS DE RASTREIO

Maria Cecília Pereira Soares Ribeiro

Doutora em Ciências da Saúde (FMUSP). Especialista em Psicopedagogia, Gestão Escolar, Docência e Gestão em Educação à Distância, Libras, Língua Portuguesa, Redação e Oratória (UBC). Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental (Faculdade Oswaldo Cruz). Especialista em Biologia Molecular (USJT). Graduada em Ciências Biológicas (UNINOVE). Graduada em Letras – Português/Inglês (UBC). Graduada em Pedagogia (Issed/Faved) e Graduada em Psicologia (UNIRP).

Diego Crepaldi Olher

Graduando em Psicologia (UNIRP).

Maria Elisa Floriano Socorro

Graduada em Psicologia (UNIRP).

Silvio Beira Archilla Filho

Graduando em Psicologia (UNIRP).

Tainan Oliveira

Graduada em Psicologia (UNIFEV).

Fundadora e Diretora Clínica do Núcleo Infantil Tainan Oliveira (NITO), Pós-graduada em TCC e em ABA para TEA e Deficiência Intelectual (CBI of Miami), Graduada em Neurociência da Educação (PUC-RS)

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.

Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)

Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

O autismo é uma síndrome multifatorial que compromete a interação social, a aprendizagem e a independência, tendo como principal sintomatologia uma tríade de prejuízos que atingem a sociabilidade, a comunicação recíproca (verbal e não verbal) e a restrição de interesses, havendo níveis de suporte muito variados, sendo mais sutil de ser percebido em meninas e diagnosticado numa proporção de 4-5:1 quando se fala em meninos: meninas com autismo (Talero *et al.*, 2003; Freire, Cardoso, 2022; Oliveira, Schmidt, Coelho, 2024; Smith *et al.*, 2024).

Identificado com maior frequência entre 18 e 30 meses, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem consolidação de sua suspeita pelos pais aos 24 meses, ocupando o terceiro lugar entre os transtornos de neurodesenvolvimento infantil e havendo o diagnóstico mais rápido em crianças que têm um familiar de primeiro grau com transtorno neuropsiquiátrico, pois a experiência prévia guia a suspeita e motiva a busca por ajuda (De La Jara *et al.*, 2020; Resstel *et al.*, 2024).

Oliveira, Schmidt e Coelho, 2024 declaram que houve um crescimento quanto à notificação de TEA, sendo: a) em crianças de quatro anos, a prevalência subiu de 13,4/1000 em 2010 para 21,5/1000 em 2020; b) em crianças de 8 anos: 27,6/1000 em 2020, ou seja, 1:36 crianças.

Dentre as principais metodologias para diagnóstico do autismo estão o M-CHAT, indicado para crianças de 16 a 30 meses na atenção primária; o PROTEA-R-NV, útil às escolas, pois avalia o comportamento não-verbal e a qualidade do brincar em crianças de 24 a 30 meses; CARS-2, recomendada por fornecer classificações objetivas e quantificáveis baseadas na observação direta.

Diante da importância de um diagnóstico realizado de maneira oportuna e adequada, o presente estudo visa refletir sobre os seguintes questionamentos: i) quais seriam os sinais e sintomas mais frequentes no Transtorno do Espectro Autista (TEA) identificados na literatura científica atual?; ii) como esses sinais se manifestariam nas diferentes faixas etárias durante a infância?; iii) quais seriam os caracteres ou domínios do desenvolvimento que apresentam indicadores mais sensíveis para o rastreio a ser realizado por especialistas?; iv) de que maneira as singularidades de uma criança podem influenciar na percepção desses sinais?; e v) quais critérios clínicos seriam considerados essenciais para a composição de instrumentos de avaliação eficazes? Com isso, espera-se que esta revisão ofereça elementos que subsidiem a compreensão das manifestações do autismo, servindo de base para uma futura elaboração de escala dos sinais e sintomas no TEA, que auxilie famílias e profissionais da educação a terem um olhar mais atento e acolhedor junto ao desenvolvimento infantil.

Para a concretização desses objetivos, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa do tipo exploratória, consistindo na sistematização e análise das evidências científicas publicadas nos últimos dez anos (2016-2025). Com o intuito de identificar indicadores clínicos que contribuam para uma compreensão sensível e técnica sobre o referido tema, foram consultadas as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos da CAPES e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Os descritores foram integrados pelo operador booleano “AND” e, como estratégia de refinamento, caso a busca inicial resultasse em um volume superior a 50 artigos, o conjunto de expressões seria expandido para até sete termos, incluindo: “rastreamento”, “neurodesenvolvimento”, “interação” e “inclusão”.

Além da delimitação temporal, os critérios de inclusão compreenderam: serem artigos científicos completos; publicados em português, inglês ou espanhol; no formato de estudos teóricos, relatos de casos, revisões sistemáticas ou referências técnicas. No que se refere ao conteúdo, a seleção priorizou estudos voltados à identificação de sinais precoces, marcos do neurodesenvolvimento e instrumentos de avaliação, com especial atenção à realidade clínica e educacional brasileira. Materiais que não iam de encontro com o propósito de fundamentar um olhar cuidadoso

e preciso sobre o espectro foram desconsiderados após análise inicial. Adicionalmente, realizou-se uma busca complementar de manuais diagnósticos e textos de referência para conferir maior profundidade humana e consistência técnica às informações apresentadas.

Assim, foram obtidos um total de 17 artigos que se adequavam aos critérios estabelecidos neste estudo e, de acordo com Talero *et al.* (2003), Loyacono *et al.* (2020), Ribeiro *et al.* (2023), Gonçalves *et al.* (2024) e Lamborena Ramos *et al.* (2024) a sintomatologia principal do autismo, que pode ser utilizada em escalas de rastreio, seria quanto à parte comportamental: 1) presença de movimentos estereotipados (“aleiteio”, *flapping* ou girar sobre o próprio eixo, bem como vocais, chamado de ecolalia); 2) fascínio por objetos incomuns; 3) adesão inflexível a rotinas e rituais; 4) existência de crises de angústia diante de mudanças ambientais; 5) irritabilidade diante de barulhos; 6) agressividade em formato de autolesão; 7) adoção de posturas estranhas, devido a sintomas gastrointestinais.

Quanto aos aspectos sociais, os mesmos autores descrevem a ocorrência de: 1) falha no contato visual direto; 2) ausência de reciprocidade emocional; 3) alexitimia e a dificuldade de compartilhar a fruição ou interesse com outras pessoas.

Por sua vez, em relação aos aspectos motores, Talero *et al.* (2003) e Neves *et al.* (2024) descrevem a existência de: 1) hipotonia; 2) de marcha em pontas dos pés; 3) dificuldades junto à coordenação motora fina e ampla; 4) falta de equilíbrio; 5) quanto aos bebês, eles não buscam o olhar do cuidador ou o fazem com baixa frequência.

Ainda, quanto aos aspectos cognitivos, segundo Ribeiro *et al.* (2023) e Resstel *et al.* (2024); 1) demonstram que ocorrem um pensar, lembrar e prestar atenção de forma atípica, havendo um processamento de informação diferenciado; 2) déficits na memória de trabalho, flexibilidade cognitiva e planejamento (funções cognitivas), o que prejudica nas tomadas de decisão e a autonomia. Assim, os comportamentos desafiadores, como hiperatividade, inquietação e distúrbio do sono, conforme Ribeiro *et al.* (2023), são os que auxiliam na exclusão, e os de constipação, dor abdominal e diarreia seriam os gatilhos para os comportamentos disruptivos, especialmente em crianças não-verbais.

Loyacono *et al.* (2020), Silva, Schmaltz, Almeida (2023) retratam que existem diversas comorbidades biológicas junto ao TEA que, se melhoradas, promovem uma melhor qualidade de vida ao indivíduo e uma redução de sintomas comportamentais, seriam elas: a) sintomas gastrointestinais, desde a aversão aos alimentos de acordo com a textura, cor, sabor, temperatura, até constipação, diarreia, refluxo gastroesofágico, dor abdominal crônica, que gerariam agressividade ao comer, crises de gritos ou vômitos; b) sintomas nutricionais e metabólicos, deficiências do complexo B, vitamina D, ômega-3 e iodo, digestão incompleta do glúten e caseína, que geram peptídeos os quais atravessam a barreira intestinal e atingem o sistema nervoso central (SNC), causando hiperatividade e irritabilidade; c) sintomas endócrinos,

disfunções tireodianas (alterações do TSH e T3) e desregulação de esteroides (cortisol e estradiol); d) alterações da microbiota, com presença de bactérias patogênicas como *Clostridium* spp. e fungos como *Candida* spp. e diminuição de bactérias benéficas como *Bifidobacterium* spp.

Dentre alguns indicadores, anteriores aos 24 meses e que servem como pontos de atenção, temos: a) aos 12 meses, ausência de balbucio, falta de gestos sociais como apontar e dar tchau, bem como seletividade alimentar, alterações no sono e na consistência das fezes; b) aos 16-24 meses, ausência de palavras simples ou frases de duas palavras, perda de qualquer habilidade social ou de linguagem previamente adquirida (regressão), assim como uso excessivo de antibióticos.

Ainda, Talero *et al.* (2003), Roselló, Berenguer, Baixauli (2018), Loyacono *et al.* (2020), Lamborena Ramos *et al.* (2024) descrevem como indicadores de épocas escolares o fato de o indivíduo desenvolver alguma fala, mas o discurso tender a ser robótico, monótono ou repetitivo (ecolalia) que pode vir em formato de gritos persistentes ou mesmo não realizar uma boa abordagem social, diferente de uma conversa entre neurotípicos.

Além disso, Talero *et al.* (2003), García Salazar e Huitrado Treviño (2024), Oliveira, Schmidt, Coelho, 2024 descrevem haver um distanciamento social e dificuldade em interpretar nuances da comunicação, com poucas expressões faciais, havendo a aparência de serem excêntricos ou mal-educados, devido à incapacidade de detectar intencionalidades ou convenções sociais, havendo ausência de atenção compartilhada (não apontar ou mostrar objetos), não responder ao nome e desintegração sensorial. Também, pode haver uma gramática preservada, mas dificuldades em compreender ironias e metáforas, compreendendo literalmente as expressões ditas por outras pessoas e ocorrer falta compreensão junto às pistas sociais e hierarquias. A manipulação de objetos (*stimming*) são acontecimentos frequentes, assim como a incapacidade de brincar de faz-de conta. O fato de não conseguir focar a atenção em um objeto simultaneamente com outra pessoa ainda pode ser percebido junto à existência de habilidades excepcionais em áreas como música ou cálculo (Roselló, Berenguer, Baixauli, 2018; Lamborena Ramos *et al.*, 2024).

Por sua vez, Jaramillo-Arias, Sampedro-Tobón e Sánchez-Acosta (2022) ainda acrescentam a existência de hipersensibilidade sensorial somando ao disposto por Talero *et al.* (2003) quanto ao que se segue: 1) dificuldade do sujeito em desenvolver linguagem funcional; 2) incapacidade de que se relacione com pares; 3) presença de um isolamento, que pode ser confundido com outros transtornos, como esquizofrenia; 4) existência de déficits na compreensão das intenções alheias, tendendo a focar em detalhes em vez do contexto global.

Além das comorbidades já citadas, Lamborena Ramos *et al.* (2024) relatam em seus estudos como principais comorbidades o TDAH (50-70%), transtornos de ansiedade (40%), tics (11%) e transtornos depressivos (10%), sendo estes últimos quatro vezes mais frequentes em pessoas com TEA e

que se manifestam não como tristeza, mas como irritabilidade, agitação, insônia, apatia ou anedonia, podendo haver, conforme Roselló, Berenguer, Baixauli (2018), problemas de conduta. Ainda, Roselló, Berenguer, Baixauli (2018) descrevem déficits significativos nas áreas pessoais, como na realização de higiene e ao vestir-se, assim como na compreensão e execução de ações determinadas por regras de segurança, no uso adequado do dinheiro e, de maneira geral, na orientação. Estes mesmos autores asseveram que a presença dos problemas emocionais e comportamentais citados desregula a percepção, tornando a criança “difícil” sob os olhos de quem os avalia.

García Salazar e Huitrado Treviño (2024) ainda citam haver ausência de posturas antecipatórias no bebê (não preparando o corpo para ser pego no colo) e falta de ajuste corporal da criança ao cuidador; aversão a ruídos fortes e objetos em movimento, tendo uma memória excepcional para temas de interesse; falta de consciência proprioceptiva, havendo diferenças no processamento verbal e na forma como o corpo se situa no espaço.

Freire e Cardoso (2022) descrevem que meninas com TEA tendem a disfarçar melhor os sintomas, sendo muitas vezes interpretadas como tímidas, educadas ou perfeccionistas. Gonçalves *et al.* (2024) ainda relatam haver, a partir dos 24 meses, dificuldades nítidas no brincar imaginativo e no uso correto de brinquedos, inabilidade em manter-se em pé por períodos prolongados ou quedas frequentes ao andar como sinais correlatos, em alguns casos.

A abordagem e avaliação da pessoa com TEA precisam ser multidisciplinares, envolvendo médicos, fonoaudiólogos, psicólogos e pedagogos, para que o que inicialmente foi enxergado por familiares e educadores, de maneira mais superficial, seja estudado mais profundamente por especialistas (Talero *et al.*, 2003), especialmente antes dos 3 anos de idade e que capturem desde os casos mais severos até os casos mais sutis (Jaramillo-Arias, Sampedro-Tobón e Sánchez-Acosta, 2022).

Infelizmente, existe um atraso significativo na percepção dos sinais e sintomas, o que revela uma procura tardia dos pais para que haja um diagnóstico da criança, o que, conseqüentemente, promove um retardo no início das terapias (De La Jara *et al.*, 2020). Esses mesmos autores revelam ser importante existirem escalas de rastreio acompanhadas de informações que eduquem os pais sobre o desenvolvimento neurotípico, para que a suspeita possa ocorrer antes dos 24 meses.

Roselló, Berenguer, Baixauli (2018) descrevem que escalas de rastreio precisam dar mais peso às dificuldades sócio-comunicativas, pois elas têm maior poder preditivo para falhas adaptativas do que os comportamentos repetitivos. Ainda, descrevem que devem perguntar se o avaliado segue regras de jogo, consegue pedir ajuda ou mantém a higiene pessoal e, conforme Resstel *et al.* (2024), deve-se avaliar as atividades verbais e não-verbais da criança.

A escala de rastreio precisa levar em conta uma abordagem integral do indivíduo, servindo, conforme Ribeiro *et al.* (2023), Romão e Faria (2024) e Gonçalves *et al.* (2024) como um documento de suporte robusto para que profissionais recebam sinais concretos observados no cotidiano escolar, local onde são observados comportamentos que muitas vezes não aparecem no consultório e que é um centro de vigilância do desenvolvimento que pode mudar o destino de uma criança e sua família, facilitando o raciocínio clínico e respeitando as singularidades do transtorno, pois o TEA se trata de uma questão de saúde pública urgente.

Assim, a escala deve ser aplicada, preferencialmente, nos primeiros anos da Educação Infantil para aproveitar a janela de maior plasticidade neural, fazendo o diagnóstico precocemente, conforme Ribeiro *et al.* (2023), que seria o divisor de águas para o prognóstico de longo prazo.

Conclui-se que os professores estão mais capacitados para enxergar o espectro em crianças que antes eram ignoradas, sendo a escala de rastreio uma ferramenta que consolida o “olhar atento” na escola, garantindo o aumento de números e notificações que sejam traduzidas em um aumento de suporte real aos indivíduos com TEA.

Dessa forma, haver uma escala de rastreio seria uma ferramenta da garantia dos direitos e dignidade da pessoa autista, pois o diagnóstico de TEA é lento devido à negligência em tratá-lo como prioridade junto às instâncias educacionais. Assim, usar de uma escala é um “fechar” de lacunas entre o olhar do educador e a conduta de especialistas, reduzindo a morosidade do diagnóstico.

É preciso focar no comportamento social, incluindo sinais de desenvolvimento motor, sensorial e nutricional, sendo redigida de uma forma que possa ser lida por médicos e terapeutas, servindo como uma guia de encaminhamento fundamentada, ligando, o chão da escola ao consultório especializado.

PALAVRAS-CHAVES: Autismo. Sintomatologia. diagnóstico.

REFERÊNCIAS

DE LA JARA, Josefina *et al.* Relación entre tiempo de pesquisa de alteraciones del neurodesarrollo por parte de cuidadores y diagnóstico de TEA de alto funcionamiento. **Revista Chilena de Psiquiatría y Neurología de la Infancia y Adolescencia**, 31(2): 12-20, 2020.

FREIRE, Milson Gomes; CARDOSO, Heloísa dos Santos Peres. Diagnóstico do autismo em meninas: revisão sistemática. **Revista Psicopedagogia**, 39(120): 435-444, 2022.

GARCÍA SALAZAR, Judith; HUITRADO TREVIÑO, Juan Carlos. Evolución do autismo: un recorrido histórico. **Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar**, 8(4): 9346-9355, 2024.

GONÇALVES, Maria Valbilene *et al.* Assistência da equipe multiprofissional no atendimento a criança com Síndrome do Aspecto Autista (TEA). **Research, Society and Development**, 13(10): 1-14, 2024.

JARAMILLO-ARIAS, Piedad; SAMPEDRO-TOBÓN, María Elena; SÁNCHEZ-ACOSTA, Daniela. Perspectiva histórica del trastorno del espectro del autismo. **Acta Neurológica Colombiana**, 38(2): 91-97, 2022.

LAMBORENA RAMOS, Cristina *et al.* Uniendo las piezas del puzzle: paciente con Trastorno del Espectro del Autismo con sintomatología afectiva mayor y tics. **Revista de Psiquiatria Infanto-Juvenil**, 41(1): 17-26, 2024.

LOYACONO, Nicolás *et al.* Gastrointestinal, nutritional, endocrine, and microbiota conditions in autism spectrum disorder. **Archivos Argentinos de Pediatría**, 118(2): 271-277, jun. 2020.

NEVES, Luana Tavares *et al.* Autismo e seus impactos no desenvolvimento neuropsicomotor. **Revista Foco**, Curitiba, 17 (5): 1-23, 2024.

OLIVEIRA, Gabryelly Thallya Queiroz; SCHMIDT, Lorena Miranda; COELHO, Eugênia Cristina Vilela. Análise da prevalência do Transtorno do Espectro Autista em crianças nos últimos 10 anos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 24(6):1-8, 2024.

RESSTEL, Renata *et al.* Abordagem precoce no Transtorno do Espectro Autista relacionada ao uso da terapia cognitiva comportamental. **Revista Caderno Pedagógico**, 21(1): 2226-2239, 2024.

RIBEIRO, Laura Araújo *et al.* Abordagem geral do Transtorno do Espectro Autista. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, 23(4): 1-7, 2023.

ROMÃO, Ana Clara Moraes; FARIA, Talitha Araújo Velôso. Autismo: uma (re)abordagem acerca da conduta dos acadêmicos de medicina com os portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, 16(12): 1-4, 2024.

ROSELLÓ, Belén; BERENQUER, Carmen; BAIXAULI, Inmaculada. El funcionamiento adaptativo de niños con trastorno del espectro autista: impacto de los síntomas y de los problemas comportamentales y emocionales. **INFAD Revista de Psicología**, 1(1): 247-258, 2018.

SILVA, Gabriela Pereira da; SCHMALTZ, Pedro Vitor Pinheiro; ALMEIDA, Simone. Terapêutica nutricional de crianças autistas. **Research, Society and Development**, 12(6): 1-12, 2023.

SMITH, J. V. *et al.* Time is of the essence: age at autism diagnosis, sex assigned at birth, and psychopathology. **Autism**, 28(11): 2909–2922, 2024.

TALERO, Claudia *et al.* Autismo: estado del arte. **Revista Ciencias de la Salud**, 1 (1): 68-85, 2003.

CAPÍTULO 10

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE FUTURA E SEU IMPACTO SOCIAL NUMA COMUNIDADE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Elimeire Alves de Oliveira

Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Especialista em Tutoria Em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior (Faculdade FUTURA -Grupo Educacional FAVENI) Graduada em Direito (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV) Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia na Faculdade Futura.

Ana Paula Rodrigues

Doutora em Educação; Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade; Especialista em Marketing, Especialista em Tutoria em EAD, Especialista em Docência do Ensino Superior; graduada em Educação Física. Diretora de EAD do Grupo Educacional FAVENI. Pró-reitora de EAD no Centro Universitário FAVENI. Pró-reitora de EAD, do UNIABEU.

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.
Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)
Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)
Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

Vagner Aquino Zeferino

Doutorando pela Facultad de Ciências de La Educación, Universidad de La Empresa, Montevidéo, Uruguay. Mestrado em Educação. Especialista em Tutoria de Educação a distância. Especialista em Matemática Superior, Plenificação em matemática e Graduação em Ciências.

Suélien Danúbia da Silva

Docente no curso de Pedagogia da Faculdade Futura. Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV), Graduada em Administração pela Faculdade Futura, Graduada em Pedagogia (UNIBF) Especialista em Administração Estratégica com ênfase em Marketing e Gestão de Recursos Humanos (UNILAGO), Especialização em Controladoria (UNIASSELVI).

RESUMO

A universidade contemporânea vem sendo chamada a assumir um papel cada vez mais ativo na promoção do desenvolvimento social. Entre as funções essenciais da educação superior destaca-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a extensão universitária constitui um importante mecanismo de interação entre a produção acadêmica e as demandas da sociedade.

Segundo Santos (2011), a universidade precisa ampliar seu diálogo com a sociedade, contribuindo para a democratização do conhecimento e para a construção de soluções coletivas para os problemas sociais. A extensão universitária representa, portanto, um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas transformadoras.

No Brasil, a curricularização da extensão foi regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece que pelo menos 10% da

carga horária total dos cursos de graduação deve ser composta por atividades extensionistas. Essas ações devem promover a interação dialógica entre universidade e comunidade, valorizando a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento.

No campo da formação docente, essa perspectiva torna-se ainda mais relevante. Para Freire (2010), ensinar exige compromisso com a realidade social e abertura ao diálogo com diferentes contextos culturais. Dessa forma, a formação de professores deve proporcionar experiências que permitam compreender os desafios presentes na educação básica e buscar alternativas pedagógicas para enfrentá-los.

Partindo dessa compreensão, o curso de Pedagogia da Faculdade Futura desenvolveu um projeto de extensão junto a uma comunidade externa em situação de vulnerabilidade social, tendo como foco a promoção de práticas inclusivas na educação básica. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos sociais dessas ações extensionistas e refletir sobre as contribuições da curricularização da extensão para a formação inicial de professores.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, centrada na análise das experiências extensionistas realizadas por acadêmicos do curso de Pedagogia da Faculdade Futura. De acordo com Minayo (2014), a abordagem qualitativa permite compreender fenômenos sociais complexos a partir da interpretação das experiências e significados atribuídos pelos participantes.

As atividades foram desenvolvidas em uma comunidade externa caracterizada por condições de vulnerabilidade social. Participaram do projeto estudantes do curso de Pedagogia, sob orientação docente, no âmbito das disciplinas vinculadas à curricularização da extensão.

O planejamento das ações ocorreu de forma colaborativa entre professores e acadêmicos, considerando as necessidades educacionais identificadas na comunidade. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se: discussões sobre práticas inclusivas na educação básica com os alunos; oficinas de leitura e letramento atividades lúdicas e pedagógicas para incentivo à leitura voltadas ao público infantil e rodas de conversa com familiares e membros da comunidade.

Durante a realização das oficinas foram utilizados recursos pedagógicos diversos produzidos pelos alunos, como jogos educativos, dinâmicas de grupo e contação de histórias. Os acadêmicos também realizaram registros reflexivos sobre as experiências vivenciadas, que posteriormente foram analisados para a elaboração deste estudo.

As atividades extensionistas possibilitaram experiências formativas significativas para os acadêmicos do curso de Pedagogia. Ao vivenciarem situações reais do contexto educacional, os estudantes puderam relacionar os conhecimentos teóricos estudados em sala de aula com as práticas pedagógicas desenvolvidas na comunidade.

Segundo Tardif (2014), a formação docente envolve a articulação entre diferentes saberes, incluindo conhecimentos teóricos, experiências práticas e saberes construídos no cotidiano escolar. Nesse sentido, as ações extensionistas contribuíram para ampliar a compreensão dos acadêmicos sobre a realidade da educação básica.

Outro aspecto relevante foi o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, responsabilidade social e capacidade de trabalho em equipe. Para Nóvoa (2009), a formação de professores precisa valorizar experiências que permitam aos futuros docentes refletir criticamente sobre sua prática e sobre o papel social da educação.

No âmbito da comunidade atendida, as oficinas de leitura e letramento contribuíram para estimular o interesse das crianças pela leitura e fortalecer o processo de aprendizagem. As rodas de conversa também possibilitaram momentos de diálogo com as famílias, destacando a importância da participação da comunidade no processo educativo.

Essas experiências evidenciam que a extensão universitária pode contribuir significativamente para a transformação social, ao promover a circulação do conhecimento e fortalecer o compromisso social da universidade.

A curricularização da extensão representa um importante avanço nas políticas educacionais voltadas à educação superior no Brasil. Ao integrar atividades extensionistas aos currículos acadêmicos, as instituições de ensino superior ampliam sua capacidade de diálogo com a sociedade e contribuem para a formação integral dos estudantes.

No contexto do curso de Pedagogia da Faculdade Futura, as ações desenvolvidas na comunidade externa demonstraram o potencial transformador da extensão universitária. As oficinas de leitura, as atividades de letramento e as rodas de conversa contribuíram tanto para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes quanto para o fortalecimento das práticas educativas na comunidade.

Conclui-se, portanto, que a curricularização da extensão favorece a formação de professores mais críticos, reflexivos e comprometidos com a realidade social, reafirmando o papel da universidade na promoção da educação e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária; curricularização da extensão; educação inclusiva; formação docente; pedagogia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.**

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014.** Plano Nacional de Educação (2014-2024).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

CAPÍTULO 11

INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO, SAÚDE E LEGISLAÇÃO

Elimeire Alves de Oliveira

Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Especialista em Tutoria Em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior (Faculdade FUTURA -Grupo Educacional FAVENI) Graduada em Direito (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV)
Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia na Faculdade Futura.

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.
Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)
Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)
Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

Ana Paula Rodrigues

Doutora em Educação; Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade; Especialista em Marketing, Especialista em Tutoria em EAD, Especialista em Docência do Ensino Superior; graduada em Educação Física. Diretora de EAD do Grupo Educacional FAVENI. Pró-reitora de EAD no Centro Universitário FAVENI. Pró-reitora de EAD, do UNIABEU.

Gerardo Maria de Araujo Filho

Psiquiatra. Mestre e Doutor em Neurociências - UNIFESP.
Pós-doutor em Psiquiatria pela UNIFESP,
Docente FAMERP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto,
Programa de Pós-Graduação de Ciências da Saúde –
São José do Rio Preto - São Paulo - Brasil.

Wanderson de Paula Pinto

Graduação em Matemática pela Faculdade da Região Serrana - FARESE (2010), pós-graduação em Docência do Ensino Superior - FARESE (2011), mestrado em Engenharia Ambiental - UFES (2013) e doutorado em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2019).

RESUMO

A inclusão escolar representa um importante avanço na garantia do direito à educação para todos os indivíduos, especialmente para estudantes com deficiência. Ao longo das últimas décadas, diversos documentos legais e políticas públicas foram implementados no Brasil com o objetivo de promover a equidade educacional e superar práticas excludentes historicamente presentes no sistema de ensino.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Nesse sentido, o atendimento educacional aos estudantes com deficiência deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça esse princípio ao determinar que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos e recursos pedagógicos capazes de atender às necessidades específicas desses estudantes (Brasil, 1996).

Além das políticas educacionais, a promoção da inclusão escolar envolve a atuação articulada de profissionais de diferentes áreas, especialmente da saúde, como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e médicos. Esses profissionais contribuem para a identificação das necessidades dos estudantes e para a construção de estratégias pedagógicas mais adequadas e inclusivas.

De acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan (2006), a educação inclusiva pressupõe uma transformação na forma de compreender a escola, que deve estar preparada para acolher a diversidade e garantir a participação efetiva de todos os alunos no processo de aprendizagem. Dessa forma, a inclusão escolar exige não apenas mudanças estruturais, mas também transformações culturais e pedagógicas no ambiente escolar.

Sob essa perspectiva, torna-se fundamental promover o diálogo entre educação, saúde e legislação, visando assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência e a efetivação do direito à educação inclusiva. Diante dessas considerações, faz-se necessário compreender como tais princípios vêm sendo analisados na produção acadêmica e nos documentos oficiais.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica possibilita a análise e interpretação de contribuições teóricas já produzidas sobre determinado tema, ampliando a compreensão do objeto de estudo.

Foram analisados livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados à inclusão escolar e às políticas públicas voltadas à educação de estudantes com deficiência. A seleção dos materiais considerou produções relevantes no contexto brasileiro, com ênfase em documentos normativos e estudos que abordam a interface entre inclusão e políticas educacionais.

Entre os principais documentos analisados destacam-se: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). A análise desses documentos permitiu compreender como as políticas educacionais brasileiras têm buscado consolidar práticas inclusivas e garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

A análise dos documentos legais e das produções acadêmicas evidencia que o Brasil possui um conjunto significativo de legislações que asseguram o direito à educação inclusiva. No entanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura escolar e à articulação entre diferentes áreas do conhecimento.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) destaca que a educação inclusiva deve garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas especificidades e promovendo a eliminação de barreiras que dificultam o processo educativo.

Nesse cenário, a atuação interdisciplinar entre educação e saúde mostra-se essencial para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades dos estudantes com deficiência. Profissionais da área da saúde podem contribuir com avaliações e orientações que auxiliem os professores na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Conforme aponta Romeu Kazumi Sassaki (2010), a inclusão escolar não se limita ao acesso físico do estudante à escola, mas envolve a garantia de condições efetivas de aprendizagem e participação no ambiente educacional. Isso implica a adoção de recursos pedagógicos diferenciados, tecnologias assistivas e estratégias de ensino adaptadas às necessidades dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel da legislação na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a educação inclusiva deve ocorrer em todos os níveis e modalidades de ensino, assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar desses estudantes.

É fundamental destacar que a inclusão escolar de estudantes com deficiência configura um avanço significativo na consolidação de uma educação orientada pelos princípios da equidade e da democracia. Contudo, sua concretização depende da integração entre diferentes campos do conhecimento e da efetiva implementação das políticas públicas educacionais.

Nessa perspectiva, Chagnazoroff e Melo (2005) argumentam que a atuação intersetorial, baseada na cooperação entre diferentes áreas, contribui tanto para o enfrentamento das demandas sociais quanto para a prevenção de processos de exclusão.

Diante disso, torna-se essencial investir na formação inicial e continuada de professores, no fortalecimento das equipes multidisciplinares e na implementação de políticas públicas articuladas, que assegurem recursos e condições adequadas para o atendimento educacional inclusivo, com vistas a garantir o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência.

Conclui-se, assim, que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige compromisso institucional, políticas educacionais consistentes e a participação ativa de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva; deficiência; legislação educacional; interdisciplinaridade; inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

CKAGNAZAROFF, Ivan B.; MELO, Joyce de S. C. **Implementação do programa intersetorial de políticas públicas – O caso BH cidadania**.2005 Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/328.pdf>. Acesso em: Mar.2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

CAPÍTULO 12

MANEJO DO COMPORTAMENTO SUICIDA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Diogo Bueno Mendanha

Graduado em Medicina pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV).
Docente preceptor em Saúde da Família do Centro Universitário de Votuporanga.

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.
Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)
Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)
Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

Gerardo Maria de Araujo Filho

Psiquiatra. Mestre e Doutor em Neurociências - UNIFESP.
Pós-doutor em Psiquiatria pela UNIFESP,
Docente FAMERP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto,
Programa de Pós-Graduação de Ciências da Saúde –
São José do Rio Preto - São Paulo - Brasil.

RESUMO

O comportamento suicida constitui um importante problema de saúde pública, representando um fenômeno complexo e multifatorial que envolve aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Trata-se de uma manifestação que abrange desde a ideação suicida até o suicídio consumado, exigindo atenção especializada e intervenções efetivas por parte dos profissionais de saúde. Sua elevada incidência tem despertado preocupação crescente entre pesquisadores e instituições de saúde, especialmente diante do aumento significativo de casos entre adolescentes e adultos jovens, população considerada particularmente vulnerável em razão de fatores emocionais, sociais e contextuais (BALDAÇARA et al., 2024).

A literatura aponta que o atendimento a indivíduos com comportamento suicida exige abordagem técnica qualificada, escuta sensível e capacidade de avaliação clínica ampliada, considerando não apenas sintomas aparentes, mas também fatores de risco associados, tais como transtornos mentais, histórico de tentativas anteriores, isolamento social, perdas afetivas, conflitos interpessoais e ausência de rede de apoio (DAUDT et al., 2017).

Além disso, a assistência prestada por profissionais da saúde frequentemente encontra limitações relacionadas à insuficiência de capacitação específica, fragilidades institucionais e ausência de protocolos estruturados para triagem e manejo adequado desses casos. Tal realidade evidencia a necessidade de aprofundamento científico sobre práticas

assistenciais voltadas à prevenção e ao cuidado humanizado frente ao comportamento suicida (GONÇALVES; SILVA; FERREIRA, 2015). Diante desse cenário, torna-se imprescindível discutir os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no manejo dessas situações, bem como identificar estratégias que favoreçam a qualificação da assistência prestada.

Analisar os principais desafios enfrentados pelos profissionais da saúde no manejo do comportamento suicida, discutindo estratégias assistenciais que contribuam para a qualificação do cuidado e para a efetividade das ações preventivas.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de ampliar as discussões acerca da atuação profissional frente ao comportamento suicida, considerando a crescente demanda por atendimento qualificado nos diferentes níveis de atenção à saúde.

O suicídio configura-se como evento prevenível quando identificado precocemente e manejado por profissionais capacitados. Entretanto, observa-se que muitos trabalhadores da saúde ainda demonstram insegurança técnica, dificuldade de acolhimento e limitações na condução terapêutica desses pacientes, o que pode comprometer significativamente a eficácia das intervenções (STOPPA; WANDERBROCKE; AZEVÊDO, 2020).

A reflexão sobre essa temática mostra-se essencial para o fortalecimento das práticas de cuidado, para a implementação de estratégias preventivas e para o aprimoramento da formação acadêmica e continuada dos profissionais envolvidos.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de levantamento, análise e interpretação crítica da produção científica relacionada ao manejo do comportamento suicida nos serviços de saúde.

A seleção do material bibliográfico ocorreu mediante rigor metodológico, priorizando publicações científicas relevantes, atualizadas e alinhadas ao objeto de estudo. Foram considerados critérios como pertinência temática, qualidade científica, consistência teórica e contribuição significativa para a compreensão do fenômeno investigado.

Após a seleção, realizou-se leitura exploratória, analítica e interpretativa dos materiais, possibilitando a organização das informações em categorias temáticas relacionadas aos desafios assistenciais, fatores de risco, práticas de acolhimento e estratégias de intervenção profissional.

A análise da literatura evidenciou que o manejo do comportamento suicida permanece como um dos maiores desafios enfrentados pelos serviços de saúde, sobretudo em razão da complexidade clínica e emocional envolvida nesse tipo de atendimento.

Os estudos demonstram que muitos profissionais apresentam dificuldades relacionadas à identificação precoce dos sinais de risco, à avaliação da gravidade do quadro e à condução adequada das intervenções

necessárias. Essa limitação está frequentemente associada à ausência de formação específica durante a graduação e à insuficiência de capacitações continuadas no contexto institucional (STOPPA; WANDERBROOKE; AZEVÊDO, 2020).

Outro aspecto amplamente discutido refere-se à necessidade de superação de práticas assistenciais centradas exclusivamente em abordagens biologicistas. O cuidado ao paciente com comportamento suicida exige compreensão ampliada do sofrimento psíquico, acolhimento humanizado e escuta qualificada, elementos indispensáveis para o estabelecimento de vínculo terapêutico efetivo (GONÇALVES; SILVA; FERREIRA, 2015).

A literatura também destaca que o primeiro contato profissional constitui momento decisivo para o prognóstico do paciente. Ambientes inadequados, atendimentos mecanizados, ausência de privacidade e posturas julgadoras podem intensificar o sofrimento e comprometer a adesão ao cuidado. Em contrapartida, abordagens empáticas, escuta ativa e avaliação clínica cuidadosa favorecem a construção de confiança e ampliam as possibilidades de intervenção eficaz (DAUDT et al., 2017).

Outro achado relevante refere-se à importância da avaliação ampliada do risco suicida, que deve considerar múltiplos fatores de vulnerabilidade, incluindo histórico psiquiátrico, tentativas prévias, contexto familiar, rede de apoio e acesso a meios letais. A avaliação isolada de sintomas não se mostra suficiente para definição de condutas seguras e efetivas (BALDAÇARA et al., 2024).

Os resultados também reforçam a necessidade de estratégias institucionais como implementação de protocolos assistenciais, construção de planos de segurança, atuação multiprofissional integrada e fortalecimento da educação permanente em saúde.

Nesse sentido, a qualificação profissional revela-se elemento central para promoção de intervenções resolutivas e prevenção de novos episódios. Conclui-se que o manejo do comportamento suicida exige preparo técnico, sensibilidade clínica e articulação multiprofissional.

Embora os profissionais reconheçam a importância do acolhimento e da escuta qualificada, ainda persistem fragilidades relacionadas à formação acadêmica, à ausência de capacitação específica e à insuficiência de protocolos institucionais.

A qualificação da assistência depende diretamente do investimento em educação permanente, da implementação de diretrizes clínicas estruturadas e da consolidação de práticas humanizadas centradas na integralidade do cuidado.

Dessa forma, fortalecer a formação e instrumentalização dos profissionais da saúde constitui medida indispensável para prevenção do suicídio e para construção de uma assistência ética, segura e efetiva.

REFERÊNCIAS

BALDAÇARA, Leonardo et al. Diretrizes da Associação Brasileira de Psiquiatria para o manejo do comportamento suicida: triagem e avaliação. *Debates em Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 14, 2024. Disponível em: <https://www.revistardp.org.br>. Acesso em: 01 maio 2026.

DAUDT, Arthur Dondonis et al. Manejo em emergência do paciente suicida. Disponível em: <https://www.ufrgs.br>. Acesso em: 01 maio 2026.

GONÇALVES, Patrícia Ivanca de Espíndola; SILVA, Roseane Amorim da; FERREIRA, Lindair Araújo. Comportamento suicida: percepções e práticas de cuidado. *Psicologia Hospitalar*, v. 13, n. 2, p. 64-87, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 01 maio 2026.

REIS, Andreza de Jesus; TEIXEIRA, Bethania Serrão Peres; VIANA, Dayse Cristina Pereira. Manejo do comportamento suicida de crianças e adolescentes. *Health Residencies Journal*, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51723/hrj.v5i24.887>. Acesso em: 01 maio 2026.

STOPPA, Robertha Gabardo; WANDERBROOKE, Ana Cláudia Nunes de Souza; AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. Profissionais de saúde no atendimento ao usuário com comportamento suicida no Brasil. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.vi.1065>. Acesso em: 01 maio 2026.

CAPÍTULO 13

A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS NAS ORGANIZAÇÕES: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE MENTAL

Rosângela Mota dos Anjos

Graduada em Administração de Empresas – Universidade Católica do Salvador, Pós-graduada em Gestão de Projetos – UNIFACS Universidade Salvador, Graduada em Psicologia, UNIRP.

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.
Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)
Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)
Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

Elimeire Alves de Oliveira

Mestre em Ensino e Processos Formativos. Especialista em Gestão Escolar.
Especialista em Tutoria Em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior.
Graduada em Direito, Pedagogia e Letras.
Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia na Faculdade Futura.

RESUMO

Este resumo analisa os impactos da transformação digital nas organizações, destacando que a incorporação intensiva de tecnologias e da Inteligência Artificial ultrapassa a dimensão produtiva e alcança a saúde mental dos trabalhadores. Evidencia-se que a automação e a hiperconectividade ampliam pressões adaptativas, redefinem competências e potencializam riscos psicossociais no ambiente laboral. Assim, reforça-se a necessidade de modelos organizacionais que conciliem inovação tecnológica e gestão humanizada do trabalho.

O avanço acelerado das tecnologias digitais transformou profundamente a dinâmica das organizações, impactando práticas de gestão, processos produtivos e relações de trabalho. A adoção de ferramentas digitais, sistemas automatizados e, mais recentemente, da Inteligência Artificial (IA), tem promovido benefícios como otimização de processos, aumento de produtividade e redução de riscos operacionais. Contudo, esses avanços também têm gerado efeitos significativos sobre a saúde mental dos trabalhadores, especialmente relacionados ao aumento das demandas cognitivas, sobrecarga informacional, isolamento, ansiedade e insegurança frente aos processos de automação (Wisskirchen et al., 2017; Bossmann, 2016). Pesquisas recentes demonstram que o uso intensivo de tecnologias tem relação direta com sintomas como estresse, dificuldades de sono, redução das interações presenciais e aumento da comparação social, aspectos já observados em estudos empíricos com usuários jovens e trabalhadores de diferentes setores. Assim, torna-se essencial compreender

como a tecnologia, ao mesmo tempo em que beneficia as organizações, pode representar riscos importantes para o bem-estar psicológico. A incorporação intensa de tecnologias no ambiente corporativo redefiniu processos, competências exigidas e ritmos de trabalho. Com isso, surgem novos fatores de risco psicossocial que ainda não são plenamente reconhecidos ou tratados pelas instituições. A relevância deste estudo reside na necessidade de fomentar práticas organizacionais mais saudáveis, subsidiadas por pesquisas que evidenciem os impactos da digitalização no bem-estar humano. Nesse cenário, observa-se uma reconfiguração estrutural das organizações, marcada pela intensificação do ritmo de trabalho, ampliação do monitoramento digital e redefinição das competências exigidas, o que impacta diretamente a experiência subjetiva do trabalhador contemporâneo. Ademais, compreender tais implicações permite orientar políticas de gestão de pessoas, prevenção de adoecimentos e promoção da saúde mental no trabalho. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada com base em publicações científicas indexadas em bases como SciELO, Google Acadêmico e periódicos internacionais. Foram utilizados os descritores: *tecnologia, saúde mental, organizações, inteligência artificial, estresse tecnológico*.

Critérios de inclusão: textos publicados entre 2015 e 2024, disponibilidade completa, pertinência temática e presença de discussões sobre saúde mental.

Critérios de exclusão: artigos que tratem exclusivamente de aspectos técnicos sem interface com comportamento humano ou saúde ocupacional. A pesquisa aponta que o uso excessivo de tecnologias digitais está associado à dependência tecnológica, ao isolamento social e prejuízos na qualidade do sono, especialmente entre jovens adultos. Em uma pesquisa de campo realizada, 55,3% relataram impactos negativos no humor e bem-estar, e o mesmo percentual afirmou prejuízo nas interações sociais presenciais (Santos; Soares; Tenorio, 2024). Esses achados reforçam a importância de compreender que trabalhadores hiperconectados podem desenvolver sintomas como ansiedade e exaustão emocional. Ao mesmo tempo em que reduz esforços físicos e riscos ocupacionais, também traz tensões significativas, principalmente pela possibilidade de substituição de empregos e aumento da pressão por adaptação às novas tecnologias. Segundo Wisskirchen et al. (2017), cerca de um terço das ocupações atuais pode ser automatizada, o que intensifica sentimentos de insegurança trabalhista e estresse organizacional. Além disso, problemas de visão, lesões por esforço repetitivo, estresse e isolamento são mencionados como efeitos adversos associados ao uso intensivo de sistemas digitais. O conteúdo dos artigos também evidencia que a exposição contínua à informação online proporciona sobrecarga cognitiva, ansiedade e desgaste emocional. Tais transformações configuram novos riscos psicossociais no ambiente laboral, caracterizados pela hiperconectividade, pela pressão por atualização constante e pelo temor da obsolescência profissional diante da automação crescente. A comparação

social mediada por ambientes digitais intensifica a sensação de inadequação e pressão por desempenho, como descrito por Santos et al. (2024). A discussão torna-se ainda mais relevante no contexto pós-pandemia, em que a digitalização acelerada consolidou modelos híbridos e remotos de trabalho, ampliando a dependência tecnológica e seus desdobramentos emocionais. A análise dos artigos demonstra que a tecnologia exerce dupla influência sobre as organizações: ao mesmo tempo em que promove eficiência, inovação e segurança operacional, também desencadeia efeitos negativos sobre a saúde mental dos trabalhadores. Entre os impactos identificados estão estresse, ansiedade, insegurança profissional, isolamento e sobrecarga informacional.

Conclui-se que a digitalização deve ser acompanhada de políticas de gestão humanizada, programas de saúde mental e práticas organizacionais que considerem as demandas emocionais impostas pela era digital. O desafio contemporâneo é harmonizar avanços tecnológicos com cuidado integral ao trabalhador.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial, Saúde Mental, Organizações, Tecnologia.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Lincoln G. B.; SOARES, Heitor Z.; TENORIO, Marcelo B. *A influência da tecnologia na saúde mental*. Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, 2024. Disponível em:

<https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/28863>

APPELBAUM, S. H. The relationship of technological change to productivity and employee morale. *Journal of Technology Management*, 1997.

McCARTHY, John. What is Artificial Intelligence? Stanford University, 1963. Disponível em: <http://jmc.stanford.edu/articles/ai/ai.pdf>.

WISSKIRCHEN, G. et al. Artificial Intelligence and Automation: Implications for the Future of Work. 2017. DOI: 10.2139/ssrn.3097267.

BOSSMANN, J. The future of jobs: how technology will transform the workplace. *World Economic Forum*, 2016.

AESST – Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho. Automação e segurança ocupacional. 2017.

CAPÍTULO 14

MÍDIAS SOCIAIS E SOFRIMENTO PSÍQUICO NO SÉCULO XXI: EVIDÊNCIAS COMPORTAMENTAIS ACERCA DO USO ATIVO, DA AUTORREGULAÇÃO E DO ESTRESSE

Thiago Ruither Vilas Boas

Graduando do Curso de Psicologia, do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP).

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.

Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)

Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

No século XXI, as mídias sociais configuram-se como ambientes altamente estruturados por contingências de reforçamento social imediato e intermitente, capazes de moldar padrões comportamentais relacionados à autorregulação, ao manejo de tarefas e às respostas emocionais. Sob a perspectiva da Análise do Comportamento e da Psicologia Cognitivo-Comportamental, o uso dessas plataformas pode ser compreendido como um conjunto de comportamentos mantidos por consequências sociais variáveis, o que contribui para a persistência do engajamento e para o aumento de sofrimento psíquico em determinados contextos. O presente estudo teve como objetivo analisar evidências empíricas recentes sobre a relação entre uso de mídias sociais e sofrimento psíquico, com foco em ansiedade, depressão e estresse, a partir de uma revisão bibliográfica.

Trata-se de uma revisão narrativa baseada exclusivamente em três artigos científicos previamente selecionados, disponíveis na plataforma SciELO, no portal da Revista FSA (UNIFSA) e no *Journal of Medical Internet Research*. Foram analisados estudos que investigaram padrões de uso de mídias sociais, dificuldades de autorregulação comportamental e indicadores de sofrimento psicológico, priorizando resultados quantitativos e interpretações compatíveis com modelos comportamentais e cognitivo-comportamentais.

De acordo com o estudo longitudinal realizado por Yu, Dykxhoorn e Plackett (2024), conduzido com 15.836 adultos no Reino Unido, foram analisados os efeitos de diferentes tipos de uso de mídias sociais sobre a saúde mental ao longo do tempo. Os autores observaram que indivíduos que utilizavam as redes sociais de forma ativa, caracterizada pela publicação frequente de conteúdos, apresentaram aumento significativo nos escores de sofrimento psíquico após um ano ($\beta = 0,35$; $p = 0,04$), mensurados pela

escala GHQ-12, instrumento amplamente utilizado para avaliar sintomas de ansiedade e depressão. Esse resultado indica que o uso ativo recorrente está associado a maior sofrimento psicológico ao longo do tempo, mesmo após o controle de variáveis sociodemográficas. Em contraste, o mesmo estudo não identificou associação estatisticamente significativa entre o uso passivo das mídias sociais, limitado à visualização de conteúdos, e o agravamento da saúde mental, sugerindo que o padrão comportamental ativo exerce maior impacto sobre os desfechos psicológicos do que o tempo de exposição isoladamente (Yu; Dykxhoorn; Plackett, 2024).

No estudo conduzido por Oré Choque et al. (2025), com uma amostra de 372 participantes, foi analisada a relação entre o uso de redes sociais e a procrastinação acadêmica. Os resultados indicaram associação estatisticamente significativa entre uso frequente dessas plataformas e níveis elevados de procrastinação ($\chi^2 = 55,345$; $p = 0,000$), evidenciando que a probabilidade de adiamento de tarefas acadêmicas é significativamente maior entre indivíduos que utilizam intensamente as redes sociais. Segundo os autores, esse achado sugere que as mídias sociais atuam como estímulos altamente reforçadores, competindo com atividades acadêmicas percebidas como aversivas e favorecendo comportamentos de esquiva, o que compromete a autorregulação comportamental (Oré Choque et al., 2025).

Complementarmente, a revisão teórica realizada por Brito e Rodrigues (2011), fundamentada na Psicologia Cognitivo-Comportamental, aponta que o estresse e a ansiedade têm se intensificado na sociedade contemporânea em função de ambientes marcados por alta exigência, ritmo acelerado e pressão constante por desempenho. Os autores destacam que uma parcela significativa das demandas por atendimento médico está associada a quadros de estresse, evidenciando seu papel central no adoecimento psicológico. Nesse contexto, as mídias sociais podem ser compreendidas como um estressor ambiental adicional, ao impor disponibilidade contínua, monitoramento constante de interações sociais e reforçamento intermitente, fatores reconhecidos como mantenedores de respostas ansiosas e estressoras (Brito; Rodrigues, 2011).

Conclui-se que as evidências analisadas indicam que o comportamento humano no século XXI tem sido significativamente influenciado pelas contingências presentes nas mídias sociais. O uso ativo e frequente dessas plataformas associa-se a maior sofrimento psíquico, enquanto o uso intenso contribui para dificuldades de autorregulação comportamental, como a procrastinação, favorecendo o aumento de estresse e ansiedade. Esses achados reforçam a importância de intervenções preventivas e educativas baseadas na Análise do Comportamento e na Psicologia Cognitivo-Comportamental, voltadas à promoção de padrões mais funcionais de uso das mídias sociais e à preservação da saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: mídias sociais; comportamento humano; autorregulação; ansiedade; depressão; estresse.

REFERÊNCIAS

BRITO, Sérgio Cronemberger; RODRIGUES, Eleonardo Pereira. *O estresse e a ansiedade na sociedade do século XXI: um olhar cognitivo-comportamental*. Revista FSA, 2011. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/470>. Acesso em: 26 jan. 2026.

ORÉ CHOQUE, Marina Kelibe et al. *Redes sociales y procrastinación académica*. Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo, v. 15, n. 30, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/ride/v15n30/2007-7467-ride-15-30-e834.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

YU, Yue; DYKXHOORN, Jennifer; PLACKETT, Ruth. *The impact of different types of social media use on the mental health of UK adults: longitudinal observational study*. Journal of Medical Internet Research, v. 26, e56950, 2024. Disponível em: <https://www.jmir.org/2024/1/e56950/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

CAPÍTULO 15

NEURODIVERSIDADE E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS AUTISTAS NA SOCIEDADE

Sandra Larissa dos Santos Lemos

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP).
Especialista em Análise do Comportamento Aplicada pelo Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento (IBAC). Coordenadora na MIMO Desenvolvimento Infantil.

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.
Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)
Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)
Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

A compreensão sobre saúde mental e diferenças neurológicas tem se expandido progressivamente, favorecendo perspectivas mais inclusivas acerca da diversidade. Nesse cenário, emerge o conceito de neurodiversidade, que propõe o reconhecimento e a valorização dessas diferenças como expressões legítimas da pluralidade humana, em contraponto a modelos estritamente normativos.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por alterações na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento (OMS, 2019). Entretanto, a forma como essas características são interpretadas depende diretamente dos contextos sociais e culturais. Segundo Silva (2012), a compreensão do autismo tem evoluído ao longo do tempo, deixando de ser vista apenas como um transtorno incapacitante para ser considerada uma condição com diferentes formas de expressão.

A perspectiva da neurodiversidade questiona práticas voltadas exclusivamente à normalização do comportamento, propondo uma abordagem centrada no respeito às singularidades dos indivíduos. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os desafios da inclusão de pessoas autistas na sociedade contemporânea, com foco nas implicações para a saúde mental.

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. Foram selecionados livros, artigos científicos e documentos oficiais relevantes ao tema, com ênfase em produções recentes sobre neurodiversidade, autismo e inclusão social.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar os principais desafios enfrentados por pessoas autistas na contemporaneidade, bem como as contribuições teóricas para a promoção de práticas inclusivas.

Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços legislativos, como a garantia de direitos fundamentais prevista na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), a inclusão de pessoas autistas ainda enfrenta obstáculos significativos.

Entre os principais desafios, destaca-se a persistência do estigma social, que contribui para a exclusão desses indivíduos em diferentes espaços sociais. De acordo com Goffman (1988), o estigma pode ser compreendido como um atributo que desqualifica o indivíduo, afetando sua aceitação social.

Além disso, observa-se a insuficiência de políticas públicas efetivamente implementadas e a falta de preparo de profissionais da saúde e da educação para lidar com a diversidade neurológica. Esse cenário impacta diretamente a saúde mental das pessoas autistas, podendo intensificar quadros de ansiedade, isolamento social e sofrimento psíquico.

Sob a perspectiva da análise do comportamento, o ambiente exerce papel fundamental na modelagem das respostas individuais. Conforme aponta B. F. Skinner (2003), o comportamento é resultado da interação entre o organismo e o ambiente, sendo influenciado por contingências de reforço. Dessa forma, ambientes mais acessíveis e responsivos favorecem o desenvolvimento de repertórios mais adaptativos.

Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação de profissionais da saúde, educação e assistência social na promoção da inclusão. A qualificação dessas equipes é essencial para o desenvolvimento de práticas baseadas em evidências, que respeitem as especificidades e a singularidade dos indivíduos neurodivergentes.

A abordagem da neurodiversidade propõe uma mudança de paradigma: em vez de adaptar o indivíduo aos padrões sociais dominantes, torna-se necessário transformar a sociedade para acolher diferentes formas de funcionamento. Nessa perspectiva, a Organização Mundial da Saúde (2019) destaca que a promoção da saúde mental vai além das intervenções clínicas, abrangendo também a construção de ambientes sociais genuinamente inclusivos.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel da família no processo de inclusão. O suporte familiar adequado contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, além de favorecer a generalização de aprendizagens.

Além disso, a inserção no mercado de trabalho ainda representa um desafio importante. Barreiras estruturais e preconceitos limitam as oportunidades para pessoas autistas, evidenciando a necessidade de políticas públicas inclusivas e adaptações institucionais.

Dessa forma, a inclusão efetiva depende de ações intersetoriais que envolvam educação, saúde e políticas sociais, visando a promoção da equidade e do bem-estar.

Conclui-se que a inclusão de pessoas autistas na sociedade ainda representa um desafio significativo, apesar dos avanços legais e teóricos.

Embora avanços importantes tenham sido alcançados, especialmente no campo legal, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a participação plena e equitativa desses indivíduos.

A perspectiva da neurodiversidade surge como uma abordagem fundamental para repensar práticas sociais, educacionais e de saúde, promovendo o reconhecimento das diferenças como parte constitutiva da humanidade. Nesse sentido, a inclusão não deve ser entendida como adaptação unilateral do indivíduo, mas como transformação coletiva das estruturas sociais.

Faz-se necessária a ampliação de políticas públicas eficazes, bem como a capacitação de profissionais e a conscientização social. A construção de ambientes mais acessíveis, acolhedores e inclusivos é fundamental para garantir dignidade, autonomia e qualidade de vida às pessoas autistas.

REFERÊNCIAS

B. F. Skinner. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Presidência da República, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_n_otassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf. Acesso em: Maio 2026.

Organização Mundial da Saúde. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11)**. Genebra: OMS, 2019.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CAPÍTULO 16

BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: IMPACTOS DA PRÁTICA CLÍNICA NA SAÚDE MENTAL

Sandra Larissa dos Santos Lemos

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP).
Especialista em Análise do Comportamento Aplicada pelo Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento (IBAC).
Coordenadora na MIMO Desenvolvimento Infantil.

Tiago Moreno Lopes Roberto

Graduado em Psicologia, Pedagogia e Sociologia.
Doutor em Ciências da Saúde (FAMERP)
Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP)
Docente da UNIRP, Faculdade Futura e UNIFAVENI.

RESUMO

As recentes transformações no mundo do trabalho têm elevado progressivamente as exigências profissionais, sobretudo nas áreas da saúde, em que o envolvimento emocional é parte inerente da atuação. Nesse cenário, a Síndrome de Burnout tem sido amplamente discutida como um problema relevante de saúde mental, caracterizado por exaustão emocional, distanciamento afetivo e redução da eficácia profissional (MASLACH; LEITER, 2016).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2019), o Burnout é um fenômeno ocupacional resultante do estresse crônico no trabalho que não foi gerenciado de forma eficaz. Estudos recentes indicam um aumento significativo nos níveis de estresse entre profissionais da saúde, especialmente após mudanças organizacionais intensificadas nos últimos anos (WEST et al., 2016).

No contexto da Análise do Comportamento Aplicada, profissionais atuam no atendimento a indivíduos neurodivergentes por meio de intervenções individualizadas e intensivas. Essa atuação exige alto nível de envolvimento cognitivo, emocional e comportamental, configurando-se como um fator de risco para o desenvolvimento de esgotamento.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar os impactos da prática clínica contemporânea na saúde mental de profissionais da ABA, com ênfase na Síndrome de Burnout.

O presente trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. Foram selecionados artigos científicos publicados majoritariamente entre 2016 e 2023, além de livros clássicos e documentos institucionais relevantes ao tema.

A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas, considerando descritores como “Burnout”, “ABA”, “autismo” e “saúde mental no trabalho”.

Os materiais foram analisados de forma interpretativa, buscando identificar fatores de risco, impactos e estratégias de prevenção relacionados ao Burnout em profissionais da ABA.

Os dados analisados indicam que os profissionais da ABA estão expostos a múltiplos fatores de risco para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout. Entre os principais, destaca-se a sobrecarga de trabalho, frequentemente associada a jornadas extensas e à necessidade de realização de múltiplas sessões terapêuticas ao longo do dia.

Além disso, o manejo de comportamentos desafiadores em indivíduos neurodivergentes demanda elevado controle emocional e contínua adaptação de estratégias interventivas, fatores que podem culminar em desgaste psicológico significativo. Estudos recentes indicam que profissionais que atuam junto a populações clínicas complexas estão mais suscetíveis ao desenvolvimento de exaustão emocional (JARRUCHE et al., 2021).

Outro fator relevante diz respeito à pressão por resultados, frequentemente exercida por instituições e familiares. Tal expectativa pode suscitar sentimentos de insuficiência e frustração, sobretudo diante de progressos lentos ou variáveis no desenvolvimento dos aprendizes.

Sob a perspectiva da Análise do Comportamento, o ambiente de trabalho pode ser compreendido como um conjunto de contingências que exercem influência direta sobre o comportamento do profissional. Skinner (2003) postula que os comportamentos são mantidos por suas consequências, de modo que ambientes marcados pela baixa valorização profissional e pela escassez de reforçamento positivo tendem a favorecer o surgimento e a manutenção de respostas associadas ao estresse.

A ausência de suporte institucional, como supervisão clínica sistemática e espaços de acolhimento emocional, configura-se como um fator agravante desse cenário. Leiter e Maslach (2017) apontam que ambientes organizacionais inadequados estão diretamente associados ao desenvolvimento do Burnout.

Somam-se aos fatores já mencionados as condições contemporâneas de trabalho, marcadas pela intensificação das demandas e pela precarização das relações laborais. Em muitos contextos, terapeutas ABA atuam sob vínculos instáveis, com baixa remuneração e ausência de garantias trabalhistas, condições que ampliam a vulnerabilidade ao esgotamento profissional.

Outro aspecto relevante diz respeito ao envolvimento emocional constante inerente à prática clínica. A construção do vínculo terapêutico com indivíduos neurodivergentes, embora fundamental para o processo de intervenção, pode tornar-se fonte de desgaste quando não há delimitação clara entre a vida profissional e pessoal.

Pesquisas recentes indicam que o desequilíbrio entre vida pessoal e trabalho está diretamente associado ao aumento dos níveis de Burnout (West

et al., 2016). Nesse contexto, a ausência de estratégias de autocuidado aliada à falta de suporte institucional tende a agravar ainda mais esse quadro.

Adicionalmente, a literatura evidencia que programas de supervisão clínica e apoio organizacional são fundamentais para a prevenção do Burnout. Ambientes que promovem reconhecimento profissional, feedback positivo e condições adequadas de trabalho contribuem de forma significativa para a preservação da saúde mental dos profissionais.

Torna-se evidente que o Burnout em terapeutas ABA deve ser compreendido como um fenômeno multifatorial, que articula aspectos individuais, institucionais e sociais, especialmente em contextos marcados pela intensificação das demandas e pela instabilidade profissional. A saúde mental desses profissionais é determinante para a eficácia terapêutica, tornando imprescindível a adoção de estratégias preventivas, como supervisão contínua e valorização profissional, bem como a construção de ambientes laborais mais saudáveis, essenciais tanto para o bem-estar das equipes quanto para a qualidade das intervenções realizadas.

Assim, a consolidação de práticas mais sustentáveis no campo da ABA depende do comprometimento institucional com o bem-estar de suas equipes, elemento que reverbera diretamente na qualidade dos serviços prestados e na promoção da saúde mental coletiva.

REFERÊNCIAS

B. F. Skinner. ***Ciência e comportamento humano***. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JARRUCHE, Layla Thamm; MUCCI, Samantha. **Síndrome de burnout em profissionais da saúde: revisão integrativa**. Revista Bioética, Brasília, v. 29, n. 1, p. 162–173, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/RmLXkWCVw3RGmKsQYVDGGpG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: maio de 2026.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. ***Burnout***. New York: Routledge, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303791742_Burnout. Acesso em: maio de 2026.

Organização Mundial da Saúde. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11)**. Genebra: OMS, 2019.

WEST, Colin P. et al. **Interventions to prevent and reduce physician burnout: a systematic review and meta-analysis**. The Lancet, v. 388, n. 10057, p. 2272–2281, 2016. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(16\)31279-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(16)31279-X/fulltext). Acesso em: maio 2026.

Publicação em capítulo de livro


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](https://www.instagram.com/epitaya) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 



**PESQUISAS INTERDISCIPLINARES
DO COMPORTAMENTO HUMANO NO
SÉCULO XXI**

Tiago Moreno Lopes Roberto
Gerardo Maria de Araújo Filho
Elimeire Alves de Oliveira
Ana Paula Rodrigues
Wanderson de Paula Pinto

epi
ta
ya
Editora

